

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	87
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	88
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	89
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	90
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.716.815.061
Preferenciais	0
Total	2.716.815.061
Em Tesouraria	
Ordinárias	9.661.292
Preferenciais	0
Total	9.661.292

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	78.617.764	93.479.988
1.01	Ativo Circulante	65.557.177	80.714.793
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.291.645	191.400
1.01.02	Aplicações Financeiras	276.909	7.933.654
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	276.909	7.933.654
1.01.02.01.03	Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	245.065	7.885.074
1.01.02.01.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	31.844	48.580
1.01.03	Contas a Receber	61.553.228	72.459.212
1.01.03.01	Clientes	61.370.175	72.070.041
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	61.370.175	72.070.041
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	183.053	389.171
1.01.03.02.01	Contas a Receber com Partes Relacionadas	11.639	196.893
1.01.03.02.03	Outras Contas a Receber Operacionais	94.117	106.642
1.01.03.02.06	Despesas Pagas Atecpadamente	77.297	85.636
1.01.06	Tributos a Recuperar	435.395	130.527
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	435.395	130.527
1.02	Ativo Não Circulante	13.060.587	12.765.195
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.693.121	2.521.613
1.02.01.04	Contas a Receber	20.168	27.001
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber Operacionais	20.168	27.001
1.02.01.07	Tributos Diferidos	905.701	907.991
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	905.701	907.991
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.767.252	1.586.621
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	1.575.830	1.586.621
1.02.01.10.04	Instrumentos Financeiros	191.422	0
1.02.02	Investimentos	8.964.622	8.850.696
1.02.03	Imobilizado	821.885	830.152
1.02.04	Intangível	580.959	562.734

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	78.617.764	93.479.988
2.01	Passivo Circulante	59.199.631	74.533.409
2.01.02	Fornecedores	58.724.528	73.141.581
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	58.724.528	73.141.581
2.01.02.01.01	Contas a Pagar a Estabelecimentos	54.442.189	62.805.144
2.01.02.01.03	Fornecedores	409.882	429.994
2.01.02.01.04	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	3.872.457	9.906.443
2.01.03	Obrigações Fiscais	182.326	104.375
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	44.298	917.685
2.01.05	Outras Obrigações	248.479	369.768
2.01.05.02	Outros	248.479	369.768
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	64.411	72.183
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	47.513
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	184.068	250.072
2.02	Passivo Não Circulante	10.262.232	9.516.324
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.947.891	6.799.128
2.02.02	Outras Obrigações	1.507.438	910.322
2.02.04	Provisões	1.806.903	1.806.874
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.806.903	1.806.874
2.02.04.01.05	Provisão para Riscos Trabalhistas, Tributários e Cíveis	1.806.903	1.806.874
2.03	Patrimônio Líquido	9.155.901	9.430.255
2.03.01	Capital Social Realizado	5.700.000	5.700.000
2.03.02	Reservas de Capital	-19.908	9.460
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-84.815	-56.198
2.03.02.07	Reservas de Capital	64.907	65.658
2.03.04	Reservas de Lucros	3.835.725	3.708.079
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-359.916	12.716

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.181.671	3.370.375	1.254.082	4.010.155
3.01.01	Receita Operacional	1.313.999	3.752.933	1.395.524	4.463.187
3.01.02	Impostos sobre Serviços	-132.328	-382.558	-141.442	-453.032
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-700.531	-2.069.375	-641.374	-1.897.836
3.03	Resultado Bruto	481.140	1.301.000	612.708	2.112.319
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-340.019	-1.082.098	-290.799	-893.247
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-340.019	-1.082.098	-290.799	-893.247
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-124.583	-357.534	-128.936	-368.991
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-69.793	-220.555	-76.315	-240.859
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-28.195	-96.346	-62.222	-191.654
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais,Líquidas	-86.656	-292.138	-84.515	-268.227
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	-30.792	-115.525	61.189	176.484
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	141.121	218.902	321.909	1.219.072
3.06	Resultado Financeiro	8.021	97.234	111.541	468.460
3.06.01	Receitas Financeiras	72.429	380.965	273.879	851.723
3.06.01.01	Receitas Financeiras	14.051	27.430	14.188	29.758
3.06.01.02	Resultado com Aquisição de Recebíveis e FIDC	73.806	374.596	260.776	795.268
3.06.01.03	Variação Cambial e MtM, líquido	-15.428	-21.061	-1.085	26.697
3.06.02	Despesas Financeiras	-64.408	-283.731	-162.338	-383.263
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-64.408	-283.731	-162.338	-383.263
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	149.142	316.136	433.450	1.687.532
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-48.705	-124.102	-80.597	-361.455
3.08.01	Corrente	-92.298	-121.812	-56.256	-338.720
3.08.02	Diferido	43.593	-2.290	-24.341	-22.735
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	100.437	192.034	352.853	1.326.077
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	100.437	192.034	352.853	1.326.077
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.99.01.01	ON	0,03702	0,07086	0,12992	0,48884
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,03689	0,07062	0,12973	0,48812

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	100.437	192.034	352.853	1.326.077
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-48.646	-372.632	-65.943	-63.711
4.02.01	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-43.965	-367.951	-65.943	-58.155
4.02.04	Benefícios pós emprego	0	0	0	-5.556
4.02.05	Marcação a mercado de instrumentos financeiros	-4.681	-4.681	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	51.791	-180.598	286.910	1.262.366

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.329.130	-776.590
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	919.715	1.504.972
6.01.01.01	Lucro antes da IR e da CS	316.136	1.687.532
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	346.818	251.217
6.01.01.04	Baixas/perdas de imobilizado e intangível	18.664	19.054
6.01.01.05	Opções de Ações Outorgadas	-751	3.109
6.01.01.09	Perdas com Créditos incobráveis e Fraude	239.764	219.190
6.01.01.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	40.225	79.097
6.01.01.12	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	214.867	313.399
6.01.01.13	Variação Cambial sobre Juros de Empréstimos e Financiamentos Captados no Exterior	345.131	83.961
6.01.01.14	Equivalência Patrimonial	115.525	-176.484
6.01.01.15	Resultados não realizados com derivativos	-351.064	-147.430
6.01.01.16	Rendimento de participação no FIDC	-392.864	-834.051
6.01.01.18	Amortização de custos de emissão de dívidas	27.264	6.378
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.190.206	-1.966.033
6.01.02.01	Contas a Receber Operacionais	10.495.295	-5.833.911
6.01.02.02	Contas a Receber com Partes Relacionadas	185.254	-100.937
6.01.02.03	Impostos Antecipados e a Recuperar	-304.868	-15.810
6.01.02.04	Outros Valores a Receber (Circulante/Não Circulante)	-205.431	-258.873
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	10.791	-4.030
6.01.02.07	Contas a Pagar Estabelecimentos	-8.362.955	2.603.814
6.01.02.10	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	-6.033.986	1.950.672
6.01.02.11	Outras Obrigações (Circulante/Não Circulante)	-58.234	-189.203
6.01.02.12	Rendas a receber	-5.491	99.958
6.01.02.14	Créditos Tributários	2.290	19.873
6.01.02.15	Sociais e estatutárias	-9.346	21.079
6.01.02.16	Fiscais e previdenciárias	12.488	-290.234
6.01.02.17	Provisões para contingências	-40.196	-9.462
6.01.02.18	Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	124.183	41.031
6.01.03	Outros	-58.639	-315.529
6.01.03.03	IR e CS Pagos	-58.639	-315.529
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	7.851.155	-1.412.052
6.02.01	Aumento de Capital em Controladas, Joint Ventures e Coligadas	-65.500	0
6.02.02	Aquisições de cotas de FIDC	-1.952.180	-4.783.817
6.02.03	Resgate de cotas de FIDC	9.985.053	3.590.597
6.02.04	Dividendos Recebidos de Controladas	259.222	413.209
6.02.05	Adições ao Imobilizado e Intangível, Líquido da Provisão	-375.440	-632.041
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.421.780	2.082.709
6.03.01	Aquisição de Ações em Tesouraria	-40.214	-22.829
6.03.02	Venda de Ações em Tesouraria pelo exercício de opção de Ações	11.597	17.035
6.03.03	Captação de Empréstimos	6.097.196	13.594.538
6.03.04	Pagamento de Principal de Empréstimos	-7.137.841	-9.774.731
6.03.05	Juros Pagos	-252.732	-315.529

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.03.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-81.277	-1.383.067
6.03.07	Custos incorridos sobre emissão de dívidas	-18.509	-32.708
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.100.245	-105.933
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	191.400	127.664
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.291.645	21.731

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.700.000	9.460	3.708.079	0	12.716	9.430.255
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.700.000	9.460	3.708.079	0	12.716	9.430.255
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-29.368	-64.388	0	0	-93.756
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-40.214	0	0	0	-40.214
5.04.09	Opção de ações/ações restritas outorgadas reconhecidas	0	10.846	0	0	0	10.846
5.04.17	Juros sobre o capital próprio propostos	0	0	-64.388	0	0	-64.388
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	192.034	0	-372.632	-180.598
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	192.034	0	0	192.034
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-372.632	-372.632
5.05.02.06	Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	0	0	0	0	-367.951	-367.951
5.05.02.09	Marcação a mercado de instrumentos financeiros	0	0	0	0	-4.681	-4.681
5.07	Saldos Finais	5.700.000	-19.908	3.835.725	0	-359.916	9.155.901

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.700.000	20.677	3.583.971	0	59.622	9.364.270
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.700.000	20.677	3.583.971	0	59.622	9.364.270
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-2.685	-1.337.667	0	0	-1.340.352
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-22.829	0	0	0	-22.829
5.04.06	Dividendos	0	0	-933.667	0	0	-933.667
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-283.900	0	0	-283.900
5.04.09	Opção de ações/ações restritas outorgadas reconhecidas	0	20.144	0	0	0	20.144
5.04.17	Juros sobre o capital próprio propostos	0	0	-120.100	0	0	-120.100
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.326.077	0	-63.711	1.262.366
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.326.077	0	0	1.326.077
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-63.711	-63.711
5.05.02.06	Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	0	0	0	0	-58.155	-58.155
5.05.02.08	Benefícios pós emprego	0	0	0	0	-5.556	-5.556
5.07	Saldos Finais	5.700.000	17.992	3.572.381	0	-4.089	9.286.284

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
7.01	Receitas	3.513.169	4.243.997
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.752.933	4.463.187
7.01.02	Outras Receitas	-239.764	-219.190
7.01.02.01	Perdas com Créditos Incobráveis e Fraude	-239.764	-219.190
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.056.385	-2.119.275
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.565.177	-1.540.710
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-438.834	-529.528
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-30.785	-17.027
7.02.04	Outros	-21.589	-32.010
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.456.784	2.124.722
7.04	Retenções	-346.818	-251.217
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-346.818	-251.217
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.109.966	1.873.505
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	265.440	1.028.206
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-115.525	176.484
7.06.02	Receitas Financeiras	380.965	851.722
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.375.406	2.901.711
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.375.406	2.901.711
7.08.01	Pessoal	337.480	327.634
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	551.958	856.330
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	293.933	391.670
7.08.03.03	Outras	293.933	391.670
7.08.03.03.01	Despesas com juros e aluguéis incorridos	293.933	391.670
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	192.035	1.326.077
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	64.388	404.000
7.08.04.02	Dividendos	0	224.167
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	127.647	697.910

Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Informações Contábeis Intermediárias da Cielo S.A. (“Companhia” ou “Cielo”) e de suas controladas (denominadas em conjunto “Grupo Cielo” ou “Grupo”), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, acompanhados do Relatório sobre a revisão de informações trimestrais (ITR) dos nossos Auditores Independentes.

As Informações Contábeis Intermediárias Individuais (Controladora) e Consolidadas foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), aqui denominadas em conjunto como “COSIF”, e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

As informações contábeis consolidadas contemplaram os saldos das contas da Cielo (Controladora), das controladas diretas Multidisplay, Servinet, Cielo USA, Cateno, Aliança e Braspag (incorporada pela controlada indireta Stelo em 30.09.2020), e das controladas indiretas Stelo, MerchantE e M4Produtos (aqui denominada, em conjunto com a Multidisplay, como “M4U”). O resultado das controladas em conjunto Orizon e Paggo (esta última sem atividades operacionais) foi reconhecido por meio do método de equivalência patrimonial nas informações contábeis consolidadas. Quando necessário, essas informações contábeis foram ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo Cielo. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo foram eliminadas integralmente nas informações contábeis consolidadas.

Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2020, a controlada Stelo passou a ser consolidada pelo Grupo Cielo sem a defasagem de um mês, ou seja, passou a consolidar no próprio mês de competência. Essa mudança na prática contábil, em conformidade com Pronunciamento CPC nº23 – Mudanças de políticas contábeis, visou resultar em informação mais confiável e relevante nas demonstrações contábeis sobre os efeitos das transações, condições ou outros eventos acerca da posição patrimonial e financeira, bem como do desempenho da entidade. Os saldos comparativos apresentados nas demonstrações financeiras estão ajustados para fins de comparabilidade com a nova política adotada, como segue:

(Em R\$ mil)	Lucro Líquido Consolidado 3T19	Lucro Líquido Consolidado 9M19	Patrimônio Líquido Consolidado 31/12/2019
Saldos publicados	408.351	1.478.098	13.139.680
Ajuste líquido na consolidação da Stelo (*)	<u>(5.210)</u>	<u>(11.670)</u>	<u>(37.100)</u>
Saldos reapresentados para fins de comparação	403.141	1.466.428	13.102.580

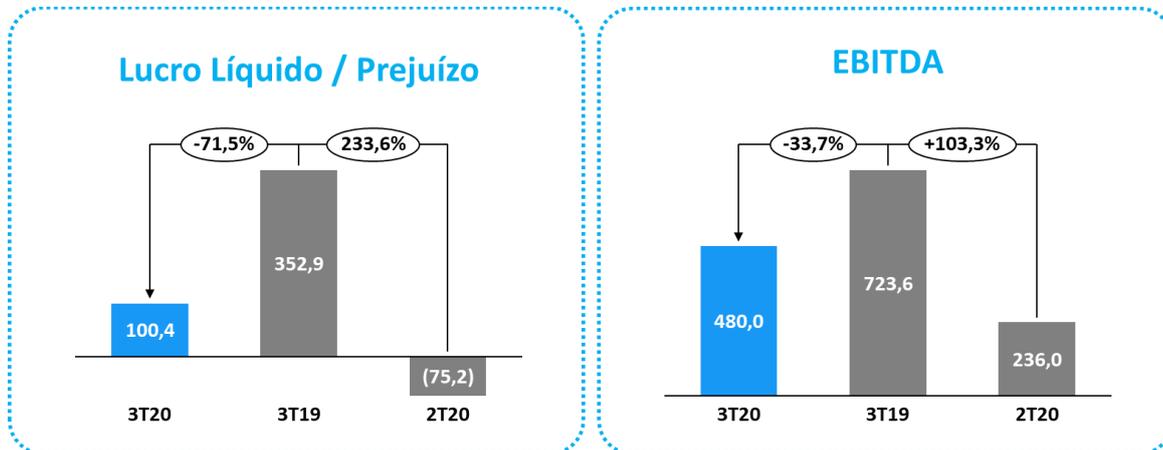
(*) Os valores reportados e os reapresentados estão detalhados na Nota Explicativa 2.20.

DESTAQUES 3T20

- O volume financeiro da Cielo de transações totalizou R\$ 165,6 bilhões, aumento de 29,4% ou R\$ 37,6 bilhões em relação ao 2T20 e decréscimo de 3,6% ou R\$ 6,1 bilhões em relação ao 3T19.
- A receita líquida consolidada totalizou R\$ 2.882,4 milhões, aumento de 17,6% ou R\$ 423,3 milhões em relação ao 2T20 e acréscimo de 2,9% ou R\$ 81,4 milhões em relação ao 3T19.
- A receita de aquisição de recebíveis (ARV) consolidada, líquida dos tributos, totalizou R\$ 94,6 milhões, uma redução de 31,3% em relação ao 2T20 e redução de 67,5% em relação ao 3T19.
- Os gastos totais consolidados (custos e despesas), desconsiderando a equivalência patrimonial, totalizaram R\$ 2.700,9 milhões, aumento de 6,9% ou R\$ 173,5 milhões em relação ao 2T20 e aumento de 14,3% ou R\$ 337,1 milhões em relação ao 3T19.
- O Lucro Líquido Cielo totalizou R\$ 100,4 milhões, aumento R\$ 175,6 milhões em relação ao 2T20 e redução de 71,5% ou R\$ 252,4 milhões em relação ao 3T19.

Comentário do Desempenho

- O EBITDA consolidado totalizou R\$ 480,0 milhões, aumento de 103,3% ou R\$ 244,0 milhões em relação ao 2T20 e decréscimo de 33,7% ou R\$ 243,7 milhões em relação ao 3T19.



DESEMPENHO OPERACIONAL 3T20

Volume Financeiro de Transações

Evolução Trimestral

No 3T20, o volume financeiro de transações na Cielo totalizou R\$ 165,6 bilhões, representando um aumento de 29,4% ou R\$ 37,6 bilhões, quando comparado aos R\$ 128,0 bilhões capturados no 2T20 e um decréscimo de 3,6% ou R\$ 6,1 bilhões, em comparação aos R\$ 171,7 bilhões do 3T19.

Especificamente com cartões de crédito (à vista e parcelado), o volume financeiro totalizou R\$ 90,7 bilhões no 3T20, apresentando aumento de 28,1% em relação ao 2T20 e um decréscimo de 13,4% em relação ao 3T19. Na modalidade débito, o volume financeiro totalizou R\$ 74,9 bilhões no 3T20, um aumento de 31,1% em comparação ao 2T20 e aumento de 11,8% em relação ao 3T19.

Adicionalmente, a Cielo capturou 1.537,7 milhões de transações no 3T20, um acréscimo de 24,3% em relação ao 2T20 e redução de 13,8% em relação ao 3T19.

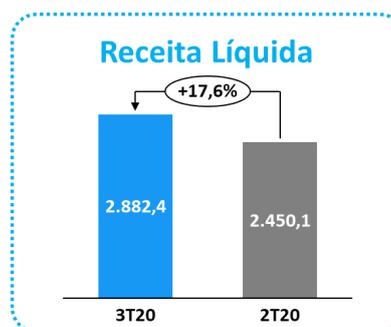
Comentário do Desempenho

DESEMPENHO FINANCEIRO 3T20

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 30 DE JUNHO DE 2020

Receita Líquida

Comparativo Trimestral

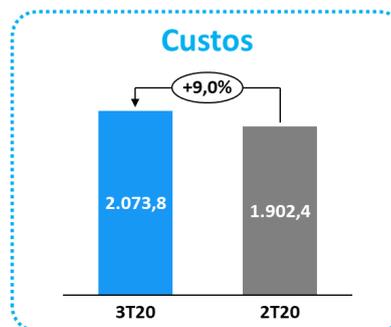


A receita líquida consolidada totalizou R\$ 2.882,4 milhões no 3T20, um aumento de 17,6% ou R\$ 423,3 milhões em relação à receita do 2T20 de R\$ 2.450,1 milhões.

O aumento da receita líquida está relacionado ao incremento no volume de transações, que impacta a receita de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações na Cielo e na Stelo, bem como do arranjo Ourocard (que impacta a receita da controlada Cateno), e ao aumento no volume do produto Pagamento em dois dias, ambos resultantes da gradual retomada da atividade econômica após o 2T20. No 3T20, também houve crescimento nas receitas da operação norte-americana (controlada MerchantE) e da controlada M4U, ainda como reflexo da melhora econômica, bem como de outras receitas, estas resultantes da ampliação do portfólio de novos produtos e serviços na Controladora Cielo.

Custos dos Serviços Prestados

Comparativo Trimestral



O custo dos serviços prestados consolidado totalizou R\$ 2.073,8 milhões no 3T20, representando um aumento de R\$ 171,4 milhões, ou 9,0% em comparação ao 2T20. O aumento decorre substancialmente dos seguintes eventos:

- (i) Aumento de R\$ 76,4 milhões nos **custos vinculados à gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard na Cateno**, devido principalmente ao acréscimo nos custos com *fees* de bandeiras, dado o aumento do volume no trimestre, e ao incremento nos custos de *embossing* e postagens de cartões;
- (ii) Aumento nos **custos relacionados à transação da Cielo e da Stelo** em R\$ 46,2 milhões em relação ao 2T20, decorrente do aumento dos gastos com *fees* de bandeiras e outros custos atrelados ao acréscimo do volume capturado (efeito da gradual retomada da atividade econômica). Esse aumento foi parcialmente compensado por iniciativas que geraram ganhos em eficiência operacional, como a redução de gastos com central de atendimento e serviços de processamento;

Comentário do Desempenho

- (iii) Aumento líquido de R\$ 38,7 milhões nos **custos dos serviços prestados na controlada norte-americana MerchantE**, principalmente na rubrica de intercâmbio, relacionado ao aumento do volume e mix de produtos no trimestre;
- (iv) Aumento líquido de R\$ 7,7 milhões nos **custos com serviços prestados na controlada M4U**, referente aos custos de créditos de telefonia celular (especialmente na modalidade de revenda de recarga virtual), diretamente relacionado ao aumento nas receitas.

Despesas Operacionais

Comparativo Trimestral



As despesas operacionais totalizaram R\$ 628,9 milhões no 3T20, apresentando um aumento de R\$ 2,4 milhões ou 0,4%, em relação ao 2T20. O aumento decorre dos seguintes eventos:

Despesas de pessoal - As despesas de pessoal aumentaram em R\$ 25,8 milhões ou 14,3% em relação ao trimestre anterior, de R\$ 180,5 milhões no 2T20 para R\$ 206,3 milhões no 3T20. Aumento devido substancialmente ao reforço na equipe vinculada ao desenvolvimento de ferramentas e funcionalidades sistêmicas (relacionadas a produtos de meios de pagamento e à melhoria da experiência do cliente) na controlada MerchantE.

Despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação - As despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação, reduziram R\$ 7,0 milhões, ou 5,0% em relação ao trimestre anterior, de R\$ 139,9 milhões no 2T20 para R\$ 132,9 milhões no 3T20. O decréscimo está relacionado a menores gastos de reestruturação neste trimestre nas operações da controlada americana MerchantE quando comparado ao trimestre anterior.

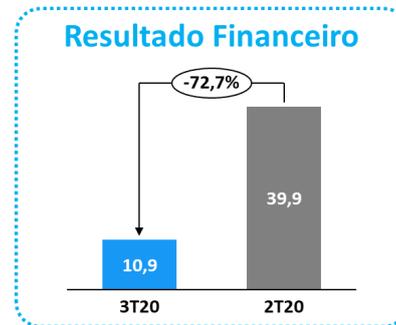
Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing reduziram R\$ 19,7 milhões ou 17,8%, para R\$ 91,4 milhões no 3T20, comparadas com os R\$ 111,1 milhões no 2T20. O decréscimo decorre substancialmente de menores gastos com ações promocionais com parceiros em relação ao 2T20.

Outras despesas operacionais líquidas - As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R\$ 3,0 milhões ou 1,6%, para R\$ 196,5 milhões no 3T20, comparadas com os R\$ 193,5 milhões no 2T20. O acréscimo está relacionado ao incremento de perdas operacionais na controlada Cateno no montante de R\$ 50,3 milhões (total de perdas operacionais de R\$92,7 milhões no 3T20 e R\$ 42,4 milhões no 2T20), reflexo das contestações em um cenário de crescente expansão do volume capturado por meio de canais digitais, potencializado pela pandemia COVID-19 (ações preventivas, detectivas e corretivas foram implementadas pela Cateno em conjunto com seus clientes, notadamente o Banco do Brasil, para reverter a tendência), e de perda com terminais de captura na Cielo, parcialmente compensado por menores perdas operacionais e pela queda de R\$ 32,6 milhões na expectativa de perda com clientes incobráveis, ambos na Cielo, quando comparado ao trimestre anterior.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

Comparativo Trimestral



O resultado financeiro totalizou R\$ 10,9 milhões no 3T20, representando uma redução de 72,7% ou R\$ 29,0 milhões em relação ao 2T20, que obteve um resultado de R\$ 39,9 milhões. O decréscimo ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes eventos:

Receitas financeiras - As receitas financeiras reduziram R\$ 4,5 milhões ou 9,9%, para R\$ 41,1 milhões no 3T20, comparadas com os R\$ 45,6 milhões no 2T20. Essa redução está relacionada à queda da taxa CDI, parcialmente compensado pelo maior saldo médio mantido em aplicações financeiras.

Despesas financeiras - As despesas financeiras reduziram R\$ 18,5 milhões ou 14,5%, para R\$ 109,4 milhões no 3T20, comparadas com os R\$ 127,9 milhões no 2T20. O decréscimo está sobretudo relacionado à redução no volume médio tomado em operações de captação de recursos de curto prazo no 3T20 e ao efeito da redução da taxa CDI.

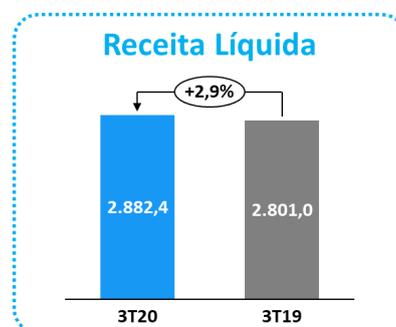
Aquisição de recebíveis líquido (ARV) – A receita de aquisição de recebíveis (ARV), líquida dos tributos, totalizou R\$ 94,6 milhões no 3T20, apresentando uma redução de R\$ 43,0 milhões ou 31,3%, quando comparada com os R\$ 137,6 milhões no 2T20. O decréscimo está substancialmente relacionado à redução do volume de aquisição, principalmente no segmento de Grandes Contas, compensado parcialmente pelo aumento no *spread médio* em razão do ganho de participação dos segmentos Varejo e Empreendedores quando comparado ao trimestre anterior.

Variação cambial e marcação a mercado de instrumentos financeiros, líquida – A variação cambial e marcação a mercado de instrumentos financeiros está em linha com o trimestre anterior.

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 30 DE SETEMBRO DE 2019

Receita Líquida

Comparativo Trimestral



A receita líquida da Cielo consolidada totalizou R\$ 2.882,4 milhões no 3T20, representando um aumento de 2,9% ou R\$ 81,4 milhões, quando comparada aos R\$ 2.801,0 milhões no 3T19.

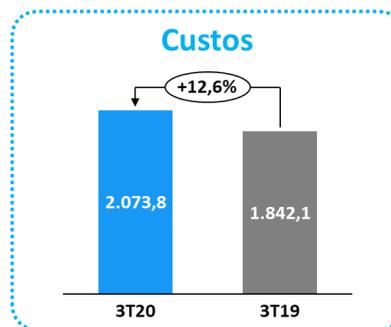
O aumento nas receitas líquidas consolidadas é decorrente da valorização do dólar sobre as receitas da operação norte-americana (controlada MerchantE), da expansão dos negócios de revenda de recarga de celular na M4U e do impacto positivo resultante da mudança no objeto do contrato de incentivo com os bancos (contratação de serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes prestados pelos bancos, que passaram a ser

Comentário do Desempenho

registrados como custo dos serviços prestados a partir do 1T20). O acréscimo foi parcialmente compensado pelo efeito da queda nas receitas da controlada Cateno, em razão da mudança do perfil de produtos (ganho da participação do débito e do mix de clientes com menor taxa média de preços), da redução dos preços médios, decorrente do ambiente mais competitivo, sobre a receita de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações na Cielo, e do aumento nos descontos nos alugueis de terminais concedidos aos clientes.

Custos dos Serviços Prestados

Comparativo Trimestral



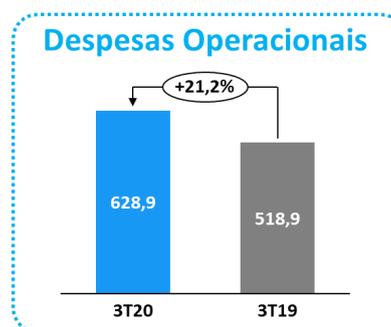
O **custo dos serviços prestados** totalizou R\$ 2.073,8 milhões no 3T20, representando um aumento de R\$ 231,7 milhões ou 12,6%, quando comparado aos R\$ 1.842,1 milhões realizado no mesmo trimestre do exercício anterior. O aumento decorre dos seguintes eventos:

- (i) Aumento líquido de R\$ 131,7 milhões nos **custos dos serviços prestados na controlada americana MerchantE** relacionado exclusivamente à apreciação do dólar médio na comparação entre os trimestres;
- (ii) Aumento de R\$ 35,5 milhões nos **custos com serviços prestados pelas controladas M4U**, referente aos custos de créditos de telefonia celular (especialmente na modalidade de revenda de recarga virtual), diretamente relacionado ao aumento nas receitas e à expansão dos negócios;
- (iii) Aumento de R\$ 22,0 milhões nos **custos relacionados à transação da Cielo e da Stelo**, decorrente dos gastos incorridos com serviços de prospecção e manutenção de clientes prestados pelos bancos a partir de 1º de janeiro de 2020 (novo contrato) e do aumento nos gastos com *fees* de bandeiras;
- (iv) Aumento líquido de R\$ 19,6 milhões nos **custos vinculados à gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard na Cateno**, devido ao aumento nos custos com *fees* de bandeiras em função da apreciação do dólar no período comparativo, compensado parcialmente por menores gastos com atendimento presencial nas agências e com emissão de faturas (migração para liquidação em canais digitais, com menor custo);
- (v) Aumento de R\$ 13,5 milhões nos **custos relacionados a equipamentos na Cielo e Stelo**, relacionado à depreciação de terminais de captura.

Comentário do Desempenho

Despesas Operacionais

Comparativo Trimestral



As despesas operacionais totalizaram R\$ 628,9 milhões no 3T20, apresentando um aumento de R\$ 110,0 milhões ou 21,2% quando comparadas com R\$ 518,9 milhões no 3T19. O aumento ocorreu em decorrência dos seguintes eventos:

Despesas de pessoal - As despesas de pessoal aumentaram em R\$ 24,2 milhões ou 13,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, de R\$ 182,1 milhões no 3T19 para R\$ 206,3 milhões no 3T20. Aumento devido substancialmente ao reforço na equipe vinculada ao desenvolvimento de ferramentas e funcionalidades sistêmicas (relacionadas a produtos de meios de pagamento e à melhoria da experiência do cliente) na controlada MerchantE, além do efeito da valorização do dólar no período.

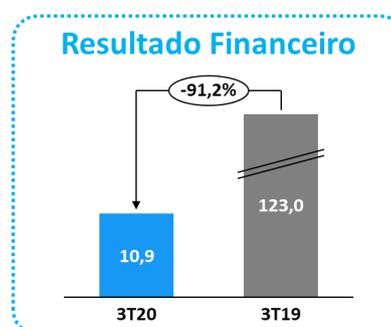
Despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação - As despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação, aumentaram R\$ 23,3 milhões ou 21,3%, para R\$ 132,9 milhões no 3T20, comparadas com os R\$ 109,6 milhões no 3T19. O acréscimo está relacionado aos maiores gastos de reestruturação da controlada MerchantE, bem como efeito da valorização do dólar. Esse aumento foi compensado parcialmente por iniciativas de redução de gastos na Cielo.

Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing reduziram R\$ 31,3 milhões ou 25,6%, para R\$ 91,4 milhões no 3T20, comparadas com os R\$ 122,7 milhões no 3T19. A redução decorre de menores gastos com campanhas de marketing em relação ao 3T19 e da otimização da força comercial para credenciamento de novos clientes na Cielo, por meio da substituição da força comercial terceirizada por força comercial própria.

Outras despesas operacionais líquidas - As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R\$ 89,2 milhões ou 83,2%, para R\$ 196,5 milhões no 3T20, comparadas com os R\$ 107,3 milhões no 3T19. O acréscimo está relacionado ao incremento de perdas operacionais na controlada Cateno (total de R\$ 92,7 milhões no 3T20 e R\$ 17,8 milhões no 3T19), reflexo das contestações em um cenário de crescente expansão do volume capturado por meio de canais digitais, potencializado pela pandemia COVID-19 (ações preventivas, detectivas e corretivas foram implementadas pela Cateno em conjunto com seus clientes, notadamente o Banco do Brasil, para reverter a tendência), e às perdas com equipamentos de solução de captura na controladora.

Resultado Financeiro

Comparativo Trimestral



O resultado financeiro totalizou R\$ 10,9 milhões no 3T20, uma redução de R\$ 112,1 milhões ou 91,2% em relação ao 3T19, que obteve um resultado de R\$ 123,0 milhões. A redução ocorreu em decorrência dos seguintes eventos:

Comentário do Desempenho

Receitas financeiras - As receitas financeiras reduziram R\$ 11,0 milhões ou 21,2%, para R\$ 41,1 milhões no 3T20, comparadas com os R\$ 52,1 milhões no 3T19. Essa redução está relacionada à remuneração das aplicações financeiras devido à queda na taxa CDI, compensada pelo maior saldo médio aplicado.

Despesas financeiras - As despesas financeiras reduziram R\$ 109,7 milhões ou 50,1%, para R\$ 109,4 milhões no 3T20, comparadas com os R\$ 219,1 milhões no 3T19. A redução está sobretudo relacionada aos menores juros incorridos devido à queda na taxa CDI e à liquidação de operações de captação de recursos de curto prazo.

Aquisição de recebíveis líquido (ARV) – A receita de aquisição de recebíveis (ARV), líquida dos tributos, totalizou R\$ 94,6 milhões no 3T20, apresentando uma redução de R\$ 196,5 milhões ou 67,5%, quando comparada com os R\$ 291,1 milhões no 3T19. O decréscimo está substancialmente relacionado à redução do volume de crédito adquirido, em linha com o atual cenário, em que a Companhia passou a adotar medidas restritivas na alocação de recursos em segmentos de riscos elevados e passou a privilegiar o atendimento de clientes de médio e de pequeno porte.

Variação cambial e marcação a mercado de instrumentos financeiros, líquida – A variação cambial e marcação a mercado de instrumentos financeiros, líquida totalizou R\$ 15,4 milhões de perda no 3T20, representando uma variação de R\$ 14,3 milhões, quando comparada com a perda de R\$ 1,1 milhão no 3T19. A variação está relacionada ao efeito contábil no trimestre da marcação a mercado de derivativo com o propósito de proteger passivos indexados à moeda estrangeira.

EBITDA

EBITDA

O EBITDA consolidado totalizou R\$ 480,0 milhões no 3T20, representando um aumento de 103,3% em relação ao 2T20 e queda de 33,7% sobre o 3T19, conforme demonstrado a seguir:

EBITDA (R\$ milhões)	3T20	3T19	2T20
Lucro Líquido Cielo	100,4	352,9	(75,2)
Outros acionistas que não a Cielo	24,6	50,3	16,3
Resultado Financeiro Líquido	(10,9)	(123,0)	(39,9)
Imposto de Renda e Contribuição Social	65,5	159,9	20,0
Depreciação e Amortização	300,4	283,6	314,8
EBITDA	480,0	723,6	236,0
% Margem EBITDA	16,7%	25,8%	9,6%

O EBITDA corresponde ao lucro (prejuízo) líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalta-se que, para o seu cálculo, ao lucro (prejuízo) líquido da Controladora é acrescida a participação dos acionistas não controladores.

A Administração acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade.

No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Comentário do Desempenho

IMPACTOS DA PANDEMIA GLOBAL DE COVID-19

De acordo com o Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA), que acompanha mensalmente a evolução do varejo brasileiro, as vendas no Comércio Varejista registraram queda nominal de 12% no 3T20 em relação ao mesmo período de 2019, resultado este ainda bastante impactado pelos efeitos da COVID-19. A queda no 2T20 havia sido bem maior (-29%), portanto já é possível verificar uma expressiva recuperação das vendas do 2T20 para o 3T20. Além disso, os grupos de setores que comercializam bens (tanto duráveis como não duráveis) já apresentam, em média, crescimento nominal em setembro, ano contra ano. O grupo que ainda puxa para baixo é o dos setores de serviços (turismo, alimentação, etc), e mesmo este vem apresentando recuperação nos últimos meses.

Nesse contexto, ao longo do 3T20, houve aumento significativo do volume transacionado pelos estabelecimentos comerciais, com efeito direto na receita de comissão da Cielo e de intercâmbio da Cateno. No trimestre, a moeda real se manteve desvalorizada frente ao dólar, impactando as receitas e despesas das controladas no exterior Cielo Inc. e MerchantE.

Considerando que o desempenho operacional e financeiro da Cielo tem uma forte dependência do consumo nacional e conseqüentemente do volume de transações no mercado de cartões, a Companhia mantém, desde o início da pandemia, provisão adicional de perdas para saldos em atraso de clientes avaliados como segmento de alto risco de inadimplência. Esse procedimento será mantido até a conclusão dos impactos da pandemia, sendo reavaliado mensalmente, de acordo com a evolução da carteira de cobrança.

Adicionalmente, tão logo do início do surto da COVID-19 no Brasil, a estratégia de gestão de caixa passou a privilegiar o aumento da liquidez da Companhia. Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e conseqüente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita que mantém sua capacidade de gerenciar o caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos de curto prazo.

Assim, tendo em vista o impacto na geração de resultado, a Companhia vem realizando diferentes iniciativas visando readequar a sua estrutura de custos e de capital para o atual momento econômico, o que refletiu em uma recuperação de sua performance no 3T20 quando comparada ao 2T20.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é um valor para a Companhia, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para a performance sustentável da Companhia. Para tanto, a Companhia adota, de forma voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, além daquelas exigidas para empresas listadas no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), evidenciando o comprometimento da Companhia e de seus administradores com o interesse de seus acionistas e investidores.

A maximização de sua eficiência e criação de valor de longo prazo traduz-se, por exemplo, por meio (a) da adoção de sistema adequado de tomada de decisões e do monitoramento acerca do cumprimento desse sistema; (b) da manutenção de uma Secretaria de Governança Corporativa, a qual tem por objetivo auxiliar os órgãos de administração e dos comitês/fóruns de assessoramento da Companhia e suas controladas, bem como garantir a observância das melhores práticas de governança corporativa; (c) da prática de condutas éticas e sustentáveis; (d) da avaliação formal de desempenho do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria-Executiva, de forma colegiada e individual; (e) da presença de pessoas distintas ocupando os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente; (f) da existência de Calendário Anual de Eventos e Agenda Anual do Conselho de Administração, contendo todos os temas a serem abordados ao longo do ano nas reuniões previamente agendadas; (g) da troca de informações por meio do Portal Eletrônico de Governança Corporativa; (h) da existência de Política de Transações com Partes Relacionadas e situações envolvendo conflito de interesses; (i) do Código de Conduta Ética de adesão obrigatória por todos os colaboradores e administradores, o qual define os princípios básicos que deverão nortear as relações e atividades na Companhia, além de reforçar a necessidade de cumprir a legislação vigente, amplamente disseminado na Companhia e publicamente divulgado no site de Relações com Investidores da Companhia.

Comentário do Desempenho

Importante destacar que, desde 2013, a Cielo instituiu a Política para Transações com Partes Relacionadas e demais situações envolvendo conflito de interesses da Companhia (“Política”), que teve por objetivo consolidar os procedimentos a serem observados nos negócios da Companhia envolvendo partes relacionadas, bem como em outras situações que envolvam potencial conflito de interesse, conferindo transparência sobre referidos procedimentos aos seus acionistas e ao mercado em geral e garantindo o seu estrito alinhamento aos interesses da Companhia, sempre consoante às melhores práticas de Governança Corporativa, sendo revista em julho de 2019 para aderir às recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhia Abertas elaborado pelo Grupo de Trabalho Interagentes, o qual é coordenado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Com relação à aprovação das transações com partes relacionadas, compete ao Comitê de Governança Corporativa avaliar a transação (o negócio e sua justificativa), bem como a documentação que demonstre que a respectiva transação será realizada em condições equânimes de mercado (tais como, mas não se limitando a, propostas comerciais e pesquisas de mercado). Não obstante o envio desta documentação, nas hipóteses em que o referido Comitê julgar necessário, deverá ser apresentado um laudo de avaliação independente, elaborado sem a participação de nenhuma parte envolvida na transação com parte relacionada, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros. Após análise, o Comitê de Governança Corporativa recomendará ou não o tema para deliberação do Conselho de Administração da Companhia, que terá acesso a todos os documentos relacionados às transações com partes relacionadas.

Importante destacar que o Comitê de Governança Corporativa quando convocado para avaliar transações entre a Companhia e qualquer de seus acionistas controladores, em caráter excepcional, será composto por todos os conselheiros independentes devendo referidos conselheiros independentes serem convocados a apreciar a matéria na condição de membros ad hoc do Comitê, em substituição ao(s) membro(s) indicado(s) pelo(s) acionista(s) controlador(es) conflitado(s), além dos membros do Comitê que não estiverem conflitados.

Ademais, os membros do Conselho de Administração em posição de conflito (i) a priori, não participarão das reuniões ou (ii) se estiverem presentes em razão de outros assuntos pautados, deverão se ausentar das discussões sobre o tema e se abster de votar em deliberação sobre a matéria. Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor-Presidente, conforme o caso, tais membros poderão participar parcialmente das discussões, visando subsidiá-las com maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, devendo sempre, contudo, se ausentar ao final da discussão, inclusive do processo de votação da matéria. Também não participarão das reuniões do Conselho de Administração ou Comitê de Governança Corporativa o(s) membro(s) indicado(s) pelo(s) acionista(s) controlador(es) que não esteja(m) em posição de conflito quando a matéria que será objeto de deliberação se referir a questão estratégica do acionista conflitado.

Em relação aos órgãos de governança corporativa da Cielo, o Conselho de Administração, com atuação colegiada, é composto por 11 (onze) membros, os quais não exercem função executiva na Companhia, sendo 03 (três) deles membros independentes, cuja independência visa especialmente resguardar os interesses da Companhia e de seus acionistas minoritários. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, eleger os membros da Diretoria-Executiva e fiscalizar sua gestão. Atualmente, a Diretoria Estatutária da Companhia é composta por até 10 (dez) membros e exerce a administração geral da Companhia, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Companhia às melhores práticas de Governança Corporativa, o Conselho de Administração possui 6 (seis) comitês de assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas e Remuneração, Comitê de Sustentabilidade e Comitê de Riscos; e a Diretoria-Executiva possui 11 (onze) fóruns de assessoramento: Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum de Gastos, Fórum de Investimento Social e Cultural, Fórum de Preços, Fórum de Projetos, Fórum de Diversidade, Fórum de Inovação e Fórum de Produtos e Serviços, Fórum Gestor de Segurança da Informação e Fórum de Privacidade e Proteção de Dados.

O Conselho Fiscal da Cielo, órgão independente da administração, está atualmente instalado para supervisionar as atividades da administração e é composto por 05 (cinco) membros, sendo 01 (um) membro independente.

A Companhia está comprometida com a inclusão dos temas associados à Sustentabilidade em suas práticas, visando assegurar o sucesso do negócio no longo prazo, contribuir para um meio ambiente saudável, uma sociedade mais justa e o desenvolvimento socioeconômico do país.

Comentário do Desempenho

Para melhor estruturar o atingimento desses compromissos, a Companhia, em 2017, também revisou seu Plano Estratégico de Sustentabilidade. Aderente ao Planejamento de Negócios da Companhia, aprovado pela Diretoria-Executiva, pelo Comitê de Sustentabilidade e pelo Conselho de Administração, o plano possibilitou um entendimento mais claro de como a sustentabilidade pode efetivamente agregar valor e impulsionar os negócios da Companhia, que detém enorme potencial de movimentar a economia brasileira. Ao fim do processo, a estrutura do plano prevê iniciativas de potencial diferenciação no mercado – engajamento de colaboradores para uma cultura de sustentabilidade e estímulo ao empreendedorismo, e reforço às boas práticas já adotadas pela Cielo – gestão ambiental, investimento social privado e gestão de fornecedores críticos do ponto de vista da sustentabilidade.

O plano tem ações previstas para o intervalo de 2017 a 2021 e, algumas práticas já começaram a ser implementadas, como, por exemplo, o Programa de Diversidade, que foi estruturado no 2º semestre de 2019. Tal programa conta com 4 grupos de afinidades (Etnia, LGBTQI+, Gênero e PCDs) e visam promover a acessibilidade e equidade em todas as relações. Outro resultado já alcançado decorrente do Planejamento Estratégico foi a certificação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) NBR ISO14.001 para sede da Cielo.

Previsto para iniciar-se no segundo semestre de 2020, a revisão do Plano Estratégico de Sustentabilidade, com vigência até 2021, estabelecerá os novos direcionadores estratégicos da Companhia para sua atuação nos pilares de sustentabilidade. A revisão será pautada em uma avaliação do desempenho da sustentabilidade, obtida com os programas e práticas vigentes, em diálogos estratégicos com *stakeholders* e na avaliação dos aspectos materiais geradores de valor compartilhado.

As boas práticas, já implementadas pela Companhia, se dão no dia a dia, por meio de iniciativas ambientais consistentes, como por exemplo, o estabelecimento de uma estratégia climática, que inclui a realização do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) – alinhado às melhores práticas globais, auditado e publicado no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG *Protocol*, e a compensação das emissões de carbono; o investimento em projetos sociais que promovem a educação, por meio de ações que contribuam com a melhoria da educação básica e/ ou profissionalizante, e iniciativas que possibilitem a geração de renda e contribuam para o desenvolvimento dos empreendedores brasileiros.

Em linha com sua estratégia climática, a Companhia responde à iniciativa de transparência do *Carbon Disclosure Initiative* (CDP), atingindo desde 2019 o score B. Fruto dessa estratégia climática, a Companhia integra o Índice Carbono Eficiente (ICO2) da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) e, desde o primeiro semestre de 2020, compõe também o índice de resiliência climática, ICDPR-70, composto de empresas com scores C, ou superior, do CDP, dentre as 100 ações mais líquidas da B3. A geração de valor para a Companhia e para os públicos com os quais nos relacionamos se dá por meio de uma conduta ética, premissa que orienta e permeia todas as atividades da Companhia. Por meio do Código de Conduta Ética, a Companhia busca garantir as melhores práticas corporativas no relacionamento com seus diversos públicos de interesse.

Em consonância com o princípio da transparência, a Companhia publicou, em maio de 2020, o Relatório de Sustentabilidade 2019, o qual foi elaborado com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), versão GRI Standards, apresentando informações sobre o desempenho em relação aos aspectos mais relevantes para a sustentabilidade do negócio, buscando assim demonstrar sua capacidade de gerar valor e atuar de maneira perene.

Essa agenda de sustentabilidade promove oportunidades de negócios e possibilita vantagens competitivas à Companhia, percebidas pelo mercado financeiro e por toda a sociedade. Exemplo disso a Cielo, integra, pelo sexto ano consecutivo, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), reconhecimento que atesta, dentre as iniciativas da Companhia, as boas práticas de governança corporativa, gestão de fornecedores – levando em consideração aspectos socioambientais e ações de promoção da qualidade de vida dos colaboradores.

Em 2019, a Companhia integrou, pelo quarto ano consecutivo, a carteira do Dow Jones *Sustainability Index* (DJSI), na categoria World (com vigência até setembro de 2020). Para serem incluídas, as empresas passam por rigoroso processo seletivo, que analisa dados econômicos, desempenho ambiental e social, governança corporativa, gestão de riscos, mitigação da mudança climática, práticas trabalhistas, dentre outras. E, desde 2011, a Companhia possui *American Depositary Receipts* (ADRs), nível I, listada no mercado de balcão OTCQX Internacional.

Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que, durante o 3T20, a Companhia contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Cielo declara que os auditores independentes foram contratados para prestar serviços não relacionados à auditoria externa durante os nove meses findos em 30 de setembro de 2020, que consiste na asseguarção limitada sobre as informações Ambientais, Sociais e de Governança do Relatório de Sustentabilidade de 2019 e asseguarção razoável sobre a conformidade com as cláusulas (obrigações) do Termo de Compromisso de Cessação de Prática (“TCC”) estabelecidas entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e a Cielo. A contratação atende ao requisito de governança corporativa da empresa, que determina que toda contratação extraordinária da auditoria independente que audita as suas demonstrações financeiras, direta ou indiretamente, necessita ser previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e autorizada pelo Conselho de Administração. O montante das contratações foi de R\$ 298,5 mil e representa cerca de 12,4% do total dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras de 2020 da Controladora Cielo e de suas controladas Cateno, Stelo, Braspag, Orizon e Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC’s).

Notas Explicativas

Informações consolidadas ITR

Em conformidade com a Carta Circular nº 3.447/10 do Banco Central do Brasil, a Companhia optou por elaborar suas Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN. Desta forma, preenchemos apenas os quadros referentes aos dados padronizados das informações individuais. Apresentamos a seguir, o Balanço Patrimonial Individual e Consolidado e as respectivas Demonstrações do Resultado Individual e Consolidado, bem como suas Notas Explicativas, os Fluxos de Caixa Individual e Consolidado e o Valor Adicionado Individual e Consolidado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN:

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações dos resultados

Para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

Nota	Controladora		Consolidado	
	Período de nove meses		Período de nove meses	
	Trimestre 30/09/2020 (Reapresentado)	30/09/2019 (Reapresentado)	Trimestre 30/09/2020 (Reapresentado)	30/09/2019 (Reapresentado)
17	1.181.671	1.254.082	3.370.375	4.010.155
18	(700.531)	(641.374)	(2.069.375)	(1.897.836)
	481.140	612.708	1.301.000	2.112.319
18	(69.793)	(76.315)	(220.555)	(240.859)
18	(124.583)	(128.936)	(357.534)	(368.991)
18	(28.195)	(62.222)	(96.346)	(191.654)
9	(30.792)	61.189	(115.525)	176.484
19	(86.656)	(84.515)	(292.138)	(268.227)
	141.121	321.909	218.902	1.219.072
25	14.051	14.188	27.430	29.758
25	(64.408)	(162.338)	(283.731)	(383.263)
25	73.806	260.776	374.596	795.268
25	(15.428)	(1.085)	(21.061)	26.697
	8.021	111.541	97.234	468.460
	149.142	433.450	316.136	1.687.532
8	(92.298)	(56.256)	(121.812)	(338.720)
8	43.593	(24.341)	(2.290)	(22.735)
	100.437	352.853	192.034	1.326.077
16	0,03702	0,12992	0,07086	0,48884
16	0,03689	0,12973	0,07062	0,48812

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre		Período de nove meses		Trimestre		Período de nove meses	
	30/09/2020	30/09/2019 (Reapresentado)	30/09/2020	30/09/2019 (Reapresentado)	30/09/2020	30/09/2019 (Reapresentado)	30/09/2020	30/09/2019 (Reapresentado)
Lucro líquido do período	100.437	352.853	192.034	1.326.077	124.989	403.141	268.692	1.466.428
Resultados abrangentes								
Diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior:								
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(43.965)	(65.943)	(367.951)	(58.155)	(43.965)	(65.943)	(367.951)	(58.155)
Benefício pós-emprego	-	-	-	(5.556)	-	-	-	(5.556)
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	(4.681)	-	(4.681)	-	(4.681)	-	(4.681)	-
Movimentações do período	(48.646)	(65.943)	(372.632)	(63.711)	(48.646)	(65.943)	(372.632)	(63.711)
Resultado abrangente total do período	51.791	286.910	(180.598)	1.262.366	76.343	337.198	(103.940)	1.402.717
Atribuído a:								
Acionistas controladores	51.791	286.910	(180.598)	1.262.366	51.791	286.910	(180.598)	1.262.366
Outros acionistas que não a Cielo	24.552	50.288	76.658	140.351	24.552	50.288	76.658	140.351

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros										Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais	Retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Total da participação dos acionistas controladores	Participação de outros acionistas que não a Cielo	
Saldo em 01 de janeiro de 2019	5.700.000	71.255	(50.578)	1.049.745	1.824.726	709.500	-	59.622	9.364.270	3.666.004	13.030.274
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(22.829)	-	-	-	-	-	(22.829)	-	(22.829)
Ações restritas outorgadas	-	20.144	-	-	-	-	-	-	20.144	-	20.144
Venda/transfêrencia de ações em tesouraria pelo exercício de ações	-	(17.035)	17.035	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	1.326.077	-	1.326.077	140.351	1.466.428
Destinação sobre o lucro líquido do período:											
Reserva legal	-	-	-	66.887	-	-	(66.887)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	(20.100)	-	(20.100)	-	(20.100)
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	-	-	(233.900)	-	(233.900)	-	(233.900)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(709.500)	(234.167)	-	(933.667)	-	(933.667)
Outros resultados abrangentes:											
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(58.155)	(58.155)	-	(58.155)
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(5.556)	(5.556)	-	(5.556)
Efeito dos outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(147.905)	(147.905)
Saldo em 30 de setembro de 2019	5.700.000	74.364	(56.372)	1.116.632	1.824.726	-	631.023	(4.089)	9.286.284	3.658.450	12.944.734
Saldo em 01 de janeiro de 2020	5.700.000	65.658	(56.198)	1.128.753	2.579.326	-	-	12.716	9.430.255	3.672.325	13.102.580
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(40.214)	-	-	-	-	-	(40.214)	-	(40.214)
Ações restritas outorgadas	-	10.846	-	-	-	-	-	-	10.846	-	10.846
Venda/transfêrencia de ações em tesouraria pelo exercício de ações	-	(11.597)	11.597	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	192.034	-	192.034	76.658	268.692
Destinação sobre o lucro líquido do período:											
Reserva legal	-	-	-	9.602	-	-	(9.602)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	(64.388)	-	(64.388)	-	(64.388)
Outros resultados abrangentes:											
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(367,951)	(367,951)	-	(367,951)
Efeito dos outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	(4,681)	(4,681)	-	(4,681)
Saldo em 30 de setembro de 2020	5.700.000	64.007	(64.815)	1.138.355	2.579.326	-	118.044	(350,916)	9.155,901	(103,089)	12.901,786

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	
	(Reapresentado)		(Reapresentado)		
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		316.136	1.687.532	464.085	2.052.994
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	9, 10 e 11	346.818	251.217	932.422	767.668
Baixas/perdas de imobilizado e intangível	10 e 11	18.664	19.054	42.198	20.112
Equivalência patrimonial	9	115.525	(176.484)	2.250	(7.058)
Variação cambial sobre imobilizado e intangível	10 e 11	-	-	(169.880)	(32.987)
Opções de ações outorgadas		(751)	3.109	(751)	3.109
Perdas com créditos incobráveis, <i>chargeback</i> e fraude	19	239.764	219.190	436.601	269.556
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14.a)	40.225	79.097	35.538	78.182
Variação cambial sobre juros de empréstimos e financiamentos captados no exterior	12	345.131	83.961	997.088	102.117
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(351.064)	(147.430)	(351.064)	(147.430)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12	214.867	313.399	236.479	357.801
Amortização de custos de emissão de dívidas	12	27.264	6.378	27.264	6.378
Efeito de variação cambial sobre conversão de ativos e passivos no exterior		-	-	(367.951)	(58.155)
Rendimento de participação no FIDC		(392.864)	(834.051)	-	-
(Aumento)/redução nos ativos operacionais:					
Rendas a receber		(5.491)	99.958	75.673	118.190
Contas a receber de emissores		10.495.295	(5.833.911)	10.403.307	(5.805.111)
Contas a receber com partes relacionadas		185.254	(100.937)	-	-
Créditos tributários		2.290	19.873	(13.654)	27.163
Impostos e contribuições a compensar/recuperar		(304.868)	(15.810)	(147.541)	58.675
Depósitos judiciais		10.791	(4.030)	15.293	(6.634)
Outros valores e bens		8.426	(34.099)	1.037	(36.759)
Outros ativos		(205.431)	(258.873)	49.030	(322.846)
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos		124.183	41.031	124.570	41.031
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:					
Sociais e estatutárias		(9.346)	21.079	(20.340)	16.129
Fiscais e previdenciárias		12.488	(290.234)	60.672	(620.714)
Contas a pagar a estabelecimentos		(8.362.955)	2.603.814	(8.542.676)	2.673.846
Contas a pagar com partes relacionadas		(6.033.986)	1.950.672	-	-
Provisões para contingências		(40.196)	(9.462)	(41.654)	(9.788)
Outros passivos		(66.660)	(155.104)	1.074.020	(277.792)
Caixa proveniente/(utilizado) das operações		(3.270.491)	(461.061)	5.322.016	(732.323)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(58.639)	(315.529)	(396.683)	(345.454)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(3.329.130)	(776.590)	4.925.333	(1.077.777)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisições de cotas FIDC's		(1.952.180)	(4.783.817)	-	-
Resgate de cotas FIDC's		9.985.053	3.590.597	-	-
Aporte de capital em controladas	9	(65.500)	-	-	-
Dividendos recebidos de subsidiárias	9	259.222	413.209	2.124	2.060
Aquisições de imobilizado de uso	10	(191.969)	(479.149)	(209.354)	(499.407)
Aquisições de intangível	11	(183.471)	(152.892)	(235.783)	(379.239)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		7.851.155	(1.412.052)	(443.013)	(876.586)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos	12	6.097.196	13.594.538	6.097.196	13.594.538
Pagamento de principal de empréstimos, líquido de derivativos	12	(7.137.841)	(9.774.731)	(7.137.841)	(9.774.953)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	12	(18.509)	(32.708)	(18.509)	(32.708)
Juros pagos	12	(252.732)	(315.529)	(252.732)	(345.454)
Aquisição de ações em tesouraria	15.c)	(40.214)	(22.829)	(40.214)	(22.829)
Venda/transfêrencia de ações em tesouraria pelo exercício de ações		11.597	17.035	11.597	17.035
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(81.277)	(1.383.067)	(184.414)	(1.528.533)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(1.421.780)	2.082.709	(1.524.917)	1.907.096
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		3.100.245	(105.933)	2.957.403	(47.267)
Caixa e equivalentes de caixa					
Saldo final	4	3.291.645	21.731	6.169.795	2.855.779
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa no exterior		-	-	(37.310)	(13.382)
Saldo inicial	4	191.400	127.664	3.212.392	2.903.046
Aumento / (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		3.100.245	(105.933)	2.957.403	(47.267)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
	30/09/2020	30/09/2019 (Reapresentado)	30/09/2020	30/09/2019 (Reapresentado)	
RECEITAS					
Vendas de serviços	17	3.752.933	4.463.187	8.943.185	9.224.571
Perda com créditos incobráveis, chargeback e fraude	19	(239.764)	(219.190)	(436.601)	(269.556)
		3.513.169	4.243.997	8.506.584	8.955.015
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Gastos com serviços prestados		(1.565.177)	(1.540.710)	(4.879.823)	(4.479.558)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(438.834)	(529.528)	(685.000)	(515.677)
Outros gastos, líquidos	19	(21.589)	(32.010)	(39.484)	(44.724)
Perda na realização de ativos	19	(30.785)	(17.027)	(31.943)	(17.027)
		(2.056.385)	(2.119.275)	(5.636.250)	(5.056.986)
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.456.784	2.124.722	2.870.334	3.898.029
Retenções					
Depreciações e amortizações	10 e 11	(346.818)	(251.217)	(932.422)	(777.767)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		1.109.966	1.873.505	1.937.912	3.120.262
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Equivalência patrimonial	9	(115.525)	176.484	(2.250)	7.058
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida e aquisição de recebíveis, líquidas	25	380.965	851.722	519.720	1.054.762
		265.440	1.028.206	517.470	1.061.820
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.375.406	2.901.711	2.455.382	4.182.082
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal e encargos		(275.741)	(265.954)	(626.837)	(585.160)
Participação de colaboradores e administradores no lucro	22	(61.739)	(61.680)	(95.060)	(85.742)
Impostos, taxas e contribuições		(551.958)	(856.330)	(866.613)	(1.494.914)
Despesas de juros e alugueis incorridos		(293.933)	(391.670)	(358.918)	(234.516)
Dividendos e JCP pagos		-	(508.067)	(239.260)	(653.533)
Dividendos e JCP propostos		(64.388)	(120.100)	(64.388)	(122.541)
Retenção de lucros		(127.647)	(697.910)	(127.647)	(865.326)
Outros acionistas que não a Cielo		-	-	(76.659)	(140.351)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		(1.375.406)	(2.901.711)	(2.455.382)	(4.182.082)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. (“Companhia” ou “Cielo”) foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais, assim como, a emissão e gestão de contas de pagamentos.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla “CIEL3”, e junto com suas subsidiárias integram os grupos do Banco do Brasil e Bradesco.

As controladas diretas e indiretas da Companhia e controladas em conjunto, que junto à Cielo também são designadas como “Grupo” ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de adquirência, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet, processamento de informações e serviços de suporte para as empresas da área médica.

Eventos significativos do trimestre

No trimestre findo em 30 de setembro de 2020, destacam-se os seguintes eventos:

- Em julho de 2020, foi feito o resgate das cotas seniores e mezanino do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo (“FIDC Plus”), em razão de seus vencimentos, e foi realizada a segunda emissão de cotas no mercado nacional no montante de R\$4.250.000. São R\$3.000.000 em títulos seniores da segunda série, com remuneração equivalente a CDI + 1,25% ao ano e R\$1.250.000 em cotas mezanino da segunda série, com remuneração equivalente a CDI + 1,30% ao ano. As cotas seniores possuem prazo de 12 meses, sendo seu vencimento programado para julho de 2021 e as cotas mezanino possuem prazo de 24 meses, sendo seu vencimento programado para julho de 2022;
- Em 27 de agosto de 2020, houve a liquidação do contrato de empréstimo em moeda estrangeira (“operação 4.131”) no valor de US\$ 121.000 mil (R\$ 504.328). O instrumento derivativo *Swap*, que visava proteger o empréstimo em relação à oscilação da moeda estrangeira, também foi liquidado na mesma data.

Notas Explicativas

Eventos societários

Aquisição de participação remanescente na Multidisplay

A conclusão da aquisição das ações representativas de 8,56% do capital da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A (“Multidisplay”) pela Cielo, quando passará a deter 100% de participação, aguarda a aprovação do Banco Central do Brasil. A Companhia, em 29 de maio de 2020, formalizou sua concordância em relação ao montante de R\$ 29.058 para o Exercício de Opção de Venda da participação remanescente detida pelos sócios-fundadores da Multidisplay, após cálculo com base nas Demonstrações Financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2019, conforme opção prevista no acordo firmado em 04 de julho de 2016 acerca da aquisição da parcela complementar de 41,34% (quando a Companhia passou a deter 91,44% da Multidisplay).

Incorporação da Braspag

Em 30 de setembro de 2020, foi aprovada a incorporação da controlada direta Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. (“Braspag”) pela controlada indireta Stelo S.A. (“Stelo”) com a versão de todos os seus bens, direitos e obrigações para a Stelo. A Incorporação tem por finalidade simplificar a estrutura organizacional e as práticas contábeis e societárias, bem como proporcionar redução de custos e melhoria de resultados decorrente da melhor organização operacional e administrativa do grupo econômico, visando dar maior agilidade e eficiência na condução dos negócios.

A Braspag foi incorporada com base nos saldos apurados no laudo de avaliação patrimonial com data-base de 31 de agosto de 2020, com patrimônio líquido avaliado na data-base de R\$ 37.866 e incorporado na Stelo a partir da emissão de novas ações.

Na mesma data, após a incorporação dos saldos, foi aprovado aporte de capital na Stelo no montante de R\$ 65.500.

Venda de participação na Orizon

Em 01 de outubro de 2020, a Cielo firmou compromisso para a alienação da totalidade de suas ações na Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (“Orizon”), que representam 40,95% do capital social da Orizon, para Bradseg Participações S.A. pelo valor de R\$ 128.992.

A realização da operação faz parte da estratégia da Companhia de possibilitar dar maior foco em suas atividades fins. O fechamento da operação está sujeito ao cumprimento de condições precedentes relacionadas à aprovação do Banco Central do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade e aprovação das Informações Contábeis

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram elaboradas sob o pressuposto de continuidade, e de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”), denominadas em conjunto “COSIF” e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando aplicável.

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 27 de outubro de 2020.

Notas Explicativas

2.2 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das informações contábeis intermediárias requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos incobráveis (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação e de saldos a receber de emissores, por exemplo), imposto de renda e contribuição social diferidos (créditos tributários), redução ao valor recuperável do ágio (quando aplicável), provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA, o fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Merchant e-Solutions, Inc (“MerchantE”). Adicionalmente, com relação à MerchantE, os fluxos de caixa e os serviços prestados são integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das informações contábeis intermediárias consolidadas, os ativos e passivos das controladas Cielo USA e MerchantE (localizadas nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim de cada período. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “*pro rata temporis*”, considerando os seus prazos de vencimento.

No caso da MerchantE, no âmbito dos seus acordos com os bancos, esta assume responsabilidades

Notas Explicativas

do banco adquirente e é, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e benefícios do acordo. Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a MerchantE manter, no dia a dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a MerchantE é o devedor principal e reconhece a receita com base no valor bruto e o intercâmbio é reconhecido como custo dos serviços prestados.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem caixa e equivalentes de caixa que, são representados por disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas (aplicações no mercado aberto), aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moeda estrangeira, que possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Aplicações no mercado aberto

As aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.6 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da Companhia em três categorias distintas, conforme Circular Bacen nº 3.068/01:

Títulos para negociação

São aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda

São aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento

São aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados a valor de mercado.

Os instrumentos financeiros classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo de mercado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são

Notas Explicativas

baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Os instrumentos financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os instrumentos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte da contraparte, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um título ou valor mobiliário é reconhecida no resultado do período se o valor contábil exceder o seu valor recuperável.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os instrumentos financeiros classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e operações de “*hedge*”

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de câmbio. A Companhia mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das informações contábeis intermediárias.

Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um “*hedge*” de fluxo de caixa ou um “*hedge*” de variação cambial de investimentos no exterior são registradas em outros resultados abrangentes, e quando qualificados como um “*hedge*” de risco de mercado, o objeto e o instrumento de “*hedge*” são registrados no resultado pelos valores justos.

A Companhia avalia, tanto no início da cobertura do “*hedge*” quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de “*hedge*” são altamente eficazes na compensação das alterações no valor justo ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um objeto de “*hedge*” é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo não realizado, que tinha sido reconhecido em outros resultados abrangentes, é imediatamente reportado na demonstração do resultado. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como “*hedge*” ou caracterizados com “*hedge*” de risco de mercado são reconhecidas na linha de resultado financeiro, líquido, na demonstração do resultado.

2.8 Contas a receber de emissores e contas a pagar a estabelecimentos

a) Contas a receber operacionais

Contas a receber de emissores

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio, com prazos de recebimento inferiores a um ano.

Notas Explicativas

Valores a receber de transações financeiras processadas

Representam principalmente os valores a receber devidos por membros das associações de cartões para transações financeiras processadas pela MerchantE que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas. Tais recebíveis geralmente são liquidados no dia útil seguinte.

Valores a receber de estabelecimentos

Representam as taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela MerchantE de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.

b) Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar a estabelecimentos

Obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Companhia.

Valores a liquidar para clientes referentes a transações processadas pela MerchantE

São representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas. A MerchantE paga os estabelecimentos comerciais por valores recebidos das associações de cartões no dia útil seguinte ao dia da captura da transação.

Cauções de clientes

A MerchantE mantém fundos como um depósito de segurança para se proteger contra o risco de um cliente ir à falência e não ser capaz de pagar pelos serviços prestados. O montante retido de cada cliente é baseado nos fatores de risco associados a este, que incluem, entre outros, o tipo de negócio e o volume de transações realizadas.

2.9 Investimentos

Nas informações contábeis intermediárias individuais, os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são apresentadas pelo método da equivalência patrimonial.

As informações contábeis intermediárias das subsidiárias no exterior são adaptadas aos critérios contábeis da controladora e convertidas para a moeda real pela taxa do final do período.

2.10 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

2.11 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

2.12 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Anualmente, e se houver evidência, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.13 Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios.

O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável.

O ágio decorrente de investimentos em controladas, coligada e empreendimentos controlados em conjunto é incluído no valor contábil do investimento nas informações contábeis intermediárias individuais. Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, o ágio gerado pela aquisição de controladas é reconhecido no ativo intangível.

2.14 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social na Companhia está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do

Notas Explicativas

adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das informações contábeis intermediárias e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada semestralmente, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.15 Benefícios a empregados

Previdência Complementar

Refere-se a valores que a Companhia é copatrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Benefício pós-emprego

Representa valores que a Companhia possui como passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de despesas com assistência médica.

2.16 Provisões para riscos

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/09.

2.17 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Sociais e Estatutárias”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada

Notas Explicativas

pela Administração após o período contábil a que se referem às informações contábeis intermediárias, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações contábeis intermediárias, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio compõem o dividendo mínimo obrigatório.

2.18 Plano de opções de ações e de ações restritas

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores, plano de opção de compra de ações e plano de ações restritas. As opções ou ações são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção ou da ação em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

2.19 Adoção inicial de normas

Aplicação inicial para o exercício de 2020

A partir de janeiro de 2020, a Companhia adotou inicialmente a Circular BACEN nº 3.959/19, que altera o modelo de publicação das informações contábeis intermediárias. No quadro abaixo, demonstramos a mudança para a Companhia quanto à classificação de seus ativos e passivos, a partir dos requisitos da Circular BACEN nº 3.959/19:

<u>Ativo/Passivo</u>	<u>Classificação anterior</u>	<u>Classificação Circular nº 3.959</u>
Disponibilidades	Disponibilidades	Caixa e equivalentes de caixa
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Caixa e equivalentes de caixa
Aplicações em fundos de investimentos e demais aplicações financeiras	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	Caixa e equivalentes de caixa
Derivativos	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	Instrumentos financeiros, incluindo derivativos
Fundo de investimento em direitos creditórios	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	Fundo de investimento em direitos creditórios
Outros ativos	Outros	Outras contas a receber operacionais
Outros valores e bens	Outros valores e bens	Outros valores a receber
Depósitos judiciais	Devedores por depósito em garantia	Depósitos judiciais
Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes

Após as análises realizadas, a Companhia não identificou efeitos significativos da adoção desta norma nas informações contábeis intermediárias.

Aplicação inicial para exercícios futuros

A partir do segundo semestre de 2020, o BACEN iniciou um processo de reestruturação e revisão de seu arcabouço regulatório. No escopo desta revisão, começaram a ser emitidas novas normas que consolidam as diversas normas já existentes, simplificando e facilitando a consulta. Os novos

Notas Explicativas

normativos aplicáveis às Instituições de Pagamento e, conseqüentemente, à Cielo possuem vigência a partir de 01 de janeiro de 2021 e estão listados a seguir:

Nova norma	Escopo	Normativos revogados
Resolução BACEN nº 2	Critérios gerais para elaboração e divulgação de informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas que devem ser observados pelas instituições de pagamento.	Revoga os normativos: Circular nº 3.578, de 16 de fevereiro de 2012; (Direcionada a Adm de consórcio); a Circular nº 3.901/18; III - os arts. 1º a 14 da Circular nº 3.950/19; Circular nº 3.959/19; Circular nº 3.964/19
Resolução BACEN nº 5	Dispõe sobre os critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda pelas instituições de pagamento	Revoga a Circular nº 3.965, de 2 de outubro de 2019.
Resolução BACEN nº 6	Dispõe sobre os critérios e procedimentos para reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso pelas instituições de pagamento	Revoga a Circular nº 3.817, de 14 de dezembro de 2016.
Resolução BACEN nº 7	Dispõe sobre os critérios e os procedimentos para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível e veda o registro de ativo diferido pelas instituições de pagamento.	Revoga a Circular nº 3.818, de 14 de dezembro de 2016.
Resolução BACEN nº 8	Dispõe sobre os critérios e as condições para mensuração, reconhecimento e divulgação de transações com pagamento baseado em ações realizadas pelas instituições de pagamento.	N/A
Resolução BACEN nº 9	Consolida os critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, de contingências passivas e de contingências ativas pelas instituições de pagamento	Revoga a Circular nº 3.484, de 2 de fevereiro de 2010.
Resolução BACEN nº 13	Consolida os critérios gerais de contabilidade aplicáveis às instituições de pagamento e às administradoras de consórcio em regime de liquidação extrajudicial, os procedimentos contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em regime de liquidação extrajudicial na elaboração e divulgação de demonstrações.	Revoga os normativos: Circular nº 3.819, de 14 de dezembro de 2016; Circular nº 3.820, de 14 de dezembro de 2016; e Circular nº 3.896, de 9 de maio de 2018.
Resolução BACEN nº 15	Consolida os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, aplicáveis às administradoras de consórcio e às instituições de pagamento e os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na apresentação de pedido para dispensa de critério para constituição do ativo fiscal diferido ou para sua baixa e na divulgação de informações em notas explicativas.	Revoga os normativos: Circular nº 3.174, de 15 de janeiro de 2003; e Circular nº 3.776, de 30 de dezembro de 2015.

Após as análises realizadas, a Companhia não identificou efeitos significativos da adoção dos normativos supramencionados nas informações contábeis intermediárias.

2.20 Alteração de política contábil – Reconhecimento da Equivalência Patrimonial da controlada Stelo

Em 14 de setembro de 2018, a Companhia adquiriu o controle indireto das ações da controlada Stelo por meio de sua controlada Aliança, que comprou 70% de participação na Stelo, passando a deter 100% do capital social da empresa. A partir dessa data, as atividades da Stelo ganharam representatividade na estratégia do Grupo, principalmente na atuação com o segmento de clientes

Notas Explicativas

Empreendedores.

Na consolidação das informações contábeis intermediárias até 31 de dezembro de 2019, foram utilizadas as informações contábeis da controlada indireta Stelo com um mês de defasagem. Nas informações contábeis intermediárias individuais, da mesma forma, foram utilizadas as informações contábeis da Stelo referentes a 30 dias antes da data dos demonstrativos para efeito de cálculo do investimento.

Com o objetivo de obter informações contábeis mais relevantes e confiáveis ao desempenho financeiro do Grupo, a Administração da Companhia optou por mudar a política contábil de consolidação da controlada indireta Stelo a partir de 1º de janeiro de 2020, deixando de reconhecer a equivalência com defasagem de 30 dias e passando a consolidar suas informações contábeis no mesmo período de competência da controladora Cielo.

A Administração entendeu que a nova política contábil utilizada para o reconhecimento do resultado da equivalência patrimonial da controlada Stelo traria maior transparência, maior aderência à performance financeira do período e, por consequência, maior facilidade na interpretação dos resultados por parte dos investidores e agentes de mercado.

Essa mudança de prática contábil foi registrada de acordo com o pronunciamento técnico CPC nº 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em decorrência da aplicação deste pronunciamento, a Companhia preparou o balanço de abertura considerando a aplicação da alteração de política contábil em 2019. Para fins comparativos, foram preparadas também as informações financeiras consolidadas referentes às demonstrações do resultado para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019.

Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2019

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	31/12/2019 Reapresentado	31/12/2019 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	31/12/2019 Reapresentado
Ativo:						
Circulante	81.021.605	-	81.021.605	77.545.368	(79.648)	77.465.720
Não circulante	12.495.482	(37.100)	12.458.382	14.346.887	(28.288)	14.318.599
Total do ativo	93.517.087	(37.100)	93.479.987	91.892.255	(107.936)	91.784.319
Passivo e patrimônio líquido:						
Circulante	74.533.409	-	74.533.409	68.402.838	(68.512)	68.334.326
Não circulante	9.516.324	-	9.516.324	10.349.737	(2.324)	10.347.413
Patrimônio líquido	9.467.354	(37.100)	9.430.255	13.139.680	(37.100)	13.102.580
Total do passivo e patrimônio líquido	93.517.087	(37.100)	93.479.988	91.892.255	(107.936)	91.784.319

Notas Explicativas

Demonstração do resultado referente ao trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019

	Controladora			Consolidado		
	3T19 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	3T19 Reapresentado	3T19 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	3T19 Reapresentado
Resultado:						
Receita líquida	1.254.082	-	1.254.082	2.799.818	1.159	2.800.977
Lucro bruto	612.708	-	612.708	964.238	(5.364)	958.874
Lucro operacional antes do resultado financeiro	327.119	(5.210)	321.909	445.299	(5.320)	439.979
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	438.660	(5.210)	433.450	568.408	(5.381)	563.027
Lucro líquido do trimestre	358.063	(5.210)	352.853	408.351	(5.210)	403.141
	Controladora			Consolidado		
	Período de nove meses Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	Período de nove meses Reapresentado	Período de nove meses Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	Período de nove meses Reapresentado
Resultado:						
Receita líquida	4.010.155	-	4.010.155	8.372.211	4.060	8.376.271
Lucro bruto	2.112.319	-	2.112.319	3.131.050	(8.660)	3.122.390
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.230.742	(11.670)	1.219.072	1.561.901	(9.725)	1.552.176
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	1.699.202	(11.670)	1.687.532	2.062.460	(9.466)	2.052.994
Lucro líquido do período	1.337.747	(11.670)	1.326.077	1.478.098	(11.670)	1.466.428

(*) Efeito da mudança no procedimento de consolidação da Stelo, que passou a ser consolidado dentro do mês de competência.

3 Informações consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis da Companhia, de suas controladas e dos fundos de investimento. Quando necessário, as informações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis às estabelecidas pelo Grupo.

Para as controladas e fundos de investimentos (FIDCs e FICs) foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação de outros acionistas que não a Cielo.

Nas informações contábeis intermediárias individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Em relação aos FIDCs, a Companhia consolida as suas informações contábeis por entender que parte relevante dos riscos e benefícios relacionados à rentabilidade dos FIDCs está vinculada às quotas mantidas pela Companhia. No processo de consolidação dos FIDCs foram feitas as eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e os FIDCs.

Na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas foram aplicados, além das disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras (COSIF), os procedimentos de

Notas Explicativas

consolidação estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Em 30 de setembro de 2020, o Grupo está composto pelas seguintes empresas:

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	30/09/2020	31/12/2019	
Participação direta em controladas e fundos:			
Servinet Serviços Ltda. (“Servinet”)	99,99	99,99	Prestação de serviços de manutenção e contato com estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito.
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. (“Cateno”)	70,00	70,00	Prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões de crédito, débito, múltiplos, de bandeira privada e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito).
Cielo USA, Inc. (“Cielo USA”)	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.
Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”)	91,44	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular.
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. (“Braspag”)	-	99,99	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, e serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet. A Braspag foi incorporada pela Stelo em 30 de setembro de 2020.
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. (“Aliança”)	99,99	99,99	Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais e participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
Cielo Cayman Island (“Cielo Cayman”)	-	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista. A Cielo Cayman foi encerrada em 23 de março de 2020.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo (“FIDC”)	100,00	100,00	Aquisição de direitos creditórios elegíveis e demais ativos financeiros.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo (“FIDC Plus”)	73,63	79,59	Aquisição de direitos creditórios elegíveis provenientes de transações de pagamento operacionalizadas no sistema de aquisição da Cielo e demais ativos financeiros.
Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos (“FICs”)	100,00	100,00	Fundos destinados à aplicação em ativos financeiros com prazo indeterminado de duração.
Participação indireta em controladas:			
M4Produtos e Serviços S.A. (“M4Produtos”)	91,44	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, transporte pré-pago, e serviços de pagamento móvel.
Merchant e-Solutions, Inc. (“MerchantE”)	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito.
Stelo S.A. (“Stelo”)	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais.
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto:			
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços. (“Orizon”)	40,95	40,95	Processamento de informações para as empresas de saúde, gestão de serviços de suporte (“back office”) para operadoras de saúde, prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.

Notas Explicativas

Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")	50,00	50,00	Prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas.
--	-------	-------	--

Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto:

PrevSaúde Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. ("PrevSaúde")	40,95	40,95	Prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios.
Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. ("Guilher")	40,95	40,95	Importação, exportação, distribuição, e comercialização de medicamentos e insumos farmacêuticos, produtos e equipamentos de tecnologia para saúde.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia é composto pelos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e instrumentos financeiros apresentados a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Disponibilidades	21.945	59.863	238.615	237.604
Aplicações no mercado aberto	-	-	364.852	255.856
Instrumentos financeiros	3.269.700	131.537	5.566.328	2.718.932
Total	3.291.645	191.400	6.169.795	3.212.392

O detalhamento de cada grupo de caixa e equivalentes de caixa é demonstrado abaixo:

Disponibilidades

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Caixa e Bancos:				
Em moeda nacional	21.794	35.236	85.944	27.470
Em moeda estrangeira	151	24.627	152.671	210.134
Total	21.945	59.863	238.615	237.604

Aplicações no mercado aberto

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía saldos de aplicações no mercado aberto.

	Consolidado			
	Faixa de vencimento		Total	
	0 - 30	Acima de 180	30/09/2020	31/12/2019
Aplicações em moeda estrangeira	314.850	-	314.850	255.840
Compromissadas	46.902	16	46.918	16
Compromissadas lastreadas em Debêntures	3.084	-	3.084	-
Total	364.836	16	364.852	255.856

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros

Composição do saldo patrimonial e classificação da carteira por categoria e prazos dos instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa é demonstrado conforme abaixo:

	Controladora							
	30/09/2020					31/12/2019		
	Faixa de vencimento			Total		Total		
	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Valor de Custo ⁽¹⁾	Valor de Mercado	Valor de Custo	
Disponível para Venda								
Títulos públicos	-	-	285.441	285.441	290.121	-	-	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	285.441	285.441	290.121	-	-	
Mantidos para Negociação								
Títulos privados	978	2.946.479	36.802	2.984.259	2.984.259	131.537	131.537	
Cotas de fundos de investimento	-	-	35.195	35.195	35.195	121.194	121.194	
Certificado de Depósito Bancário – CDB ⁽²⁾	-	2.946.479	557	2.947.036	2.947.036	9.364	9.364	
Outros	978	-	1.050	2.028	2.028	979	979	
Total	978	2.946.479	322.243	3.269.700	3.274.380	131.537	131.537	
	Consolidado							
	30/09/2020					31/12/2019		
	Faixa de vencimento			Total		Total		
	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Valor de Custo ⁽¹⁾	Valor de Mercado	Valor de Custo	
Disponível para Venda								
Títulos públicos	-	-	285.441	285.441	290.121	-	-	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	285.441	285.441	290.121	-	-	
Mantidos para Negociação								
Títulos públicos	-	-	229.758	229.758	229.758	114.271	114.271	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	84.167	84.167	84.167	81.264	81.264	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	114.367	114.367	114.367	-	-	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	31.224	31.224	31.224	33.007	33.007	
Títulos privados	71.846	3.494.000	1.485.283	5.051.129	5.051.129	2.604.661	2.604.661	
Cotas de fundos de investimento	-	-	616.298	616.298	616.298	1.941.649	1.941.649	
Certificado de Depósito Bancário – CDB ⁽²⁾	-	2.946.479	572.190	3.518.669	3.518.669	134.714	134.714	
Letras Financeiras – LF	70.868	470.483	254.055	795.406	795.406	497.542	497.542	
Outros	978	77.038	42.740	120.756	120.756	30.756	30.756	
Total	71.846	3.494.000	2.000.482	5.566.328	5.571.008	2.718.932	2.718.932	

⁽¹⁾ O valor de mercado dos instrumentos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

⁽²⁾ As aplicações em CDBs, por mais que os papéis possuam vencimentos em até 180 dias, possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sem nenhuma forma de restrição quanto a sua liquidação e são utilizadas como parte da gestão de caixa da Companhia, sendo que a totalidade do saldo foi resgatada no início do outubro de 2020.

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

5 Instrumentos financeiros, incluindo derivativos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Ativo:				
Instrumentos financeiros derivativos	31.844	48.580	31.844	48.580
Outros instrumentos financeiros	191.422	-	191.422	-
Total	223.266	48.580	223.266	48.580
Passivo:				
Instrumentos financeiros derivativos	-	47.513	-	47.513
Total	-	47.513	-	47.513

Notas Explicativas

a. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Política de uso de derivativos

Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio, e não de ganhos especulativos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteção de eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos aos quais está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou passivo a descoberto.

O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor dos passivos e/ou dos ativos expostos a riscos.

“Hedge” de risco de mercado

A Companhia, na ocasião da contratação de instrumento financeiro derivativo na modalidade de “swap”, designou-o como instrumento de “hedge” para a operação de empréstimo em dólares americanos no valor de US\$ 239.166 mil, equivalente a R\$ 1.000.000 na data de contratação, vencido e liquidado em 30 de agosto de 2019. Nesta mesma data, o saldo remanescente do empréstimo, no valor de US\$ 121.000 mil, foi renovado com vencimento programado para 27 de agosto de 2020, para a qual foi contratada uma nova operação de “swap” para proteção de risco de variação da moeda estrangeira e da exposição à taxa de juros.

Os termos contratuais do contrato de empréstimo (conforme nota explicativa 12) e do “swap” foram celebrados de tal forma que a comparação entre ponta ativa (contas a receber da Companhia) do “swap” e o saldo de empréstimo (contas a pagar da Companhia), ambos ajustados pelo valor justo, não apresente perdas ou ganhos decorrentes da variação cambial e taxa de juros contratada no objeto de “hedge”.

Para documentar a estratégia de designação adotada e a efetividade do instrumento derivativo, a Companhia utilizou o método de derivativo hipotético que é baseado em uma comparação da mudança no valor justo de um derivativo hipotético com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da mudança cumulativa no fluxo de caixa futuro esperado da obrigação protegida. Dessa forma, os ganhos e perdas do instrumento e do objeto de “hedge” são reconhecidos pelo valor justo no resultado no período em que ocorrem. O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

A operação foi liquidada em 27 de agosto de 2020, em seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2019, a posição do contrato de “swap” refletia um valor justo a pagar de R\$ 13.480, conforme demonstrado abaixo:

30/09/2020						31/12/2019	
Vencimento da Operação	Valorização				Valor justo (Mercado)		Valor justo (Mercado)
	Nacional R\$	Ponta Ativa	Ponta Passiva	MTM Ativo	MTM Passivo	Valor a Receber/(pagar)	Valor a Receber/(pagar)
27/08/2020	504.328	-	-	-	-	-	(13.480)

Até o encerramento da operação em 27 de agosto de 2020, a relação de “hedge” estabelecida pela Companhia foi eficaz, de acordo com testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do “hedge” foi registrada.

Notas Explicativas

“Non Deliverable Forward - NDF”

Com objetivo de proteção cambial para a parcela remanescente dos “Bonds”, em 28 de junho de 2019, a Companhia contratou dois instrumentos “NDF” no valor de “nocial” de US\$ 53.500 mil cada, totalizando US\$ 107.000 mil, com taxa média futura de R\$ 3,89475 ambos com vigência a partir de 01 de julho de 2019 liquidados em 02 de janeiro de 2020.

Para manter a proteção cambial, a Companhia contratou um instrumento “NDF” no valor nocial de US\$ 98.000 mil com taxa futura de R\$ 4,0647 e vencimento em 01 de julho de 2020. O mesmo foi liquidado antecipadamente no dia 15 de junho de 2020 com ajuste positivo no valor de R\$ 107.151. No mesmo dia, a Companhia contratou novos instrumentos “NDF” no valor total nocial de US\$ 73.700 mil com datas de vencimento de acordo com o pagamento das parcelas semestrais de juros e principal “bullet” que vão de 13 de novembro de 2020 até 14 de novembro de 2022.

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado.

Em 30 de setembro de 2020, a posição dos instrumentos “NDF” refletia um valor justo a receber de R\$ 31.844 (R\$ 14.547 em 31 de dezembro de 2019), conforme demonstrado abaixo:

Vencimento da Operação	30/09/2020		31/12/2019	
	Valorização		Valor justo (Mercado)	
	Nocial R\$	Ponta Ativa	Valor a Receber/(pagar)	Valor a Receber/(pagar)
15/06/2020	-	-	-	14.547
13/11/2020	8.329	724	724	-
14/05/2021	11.187	936	936	-
12/11/2021	11.343	903	903	-
13/05/2022	11.562	886	886	-
14/11/2022	362.400	28.395	28.395	-
Total	404.821	31.844	31.844	14.547

b. Outros instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2020, a posição de outros instrumentos financeiros é:

	30/09/2020			31/12/2019	
	Vencimento	Total		Total	
	Acima de 365	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Mantido até o Vencimento					
Outros títulos de renda fixa no exterior	191.422	191.422	191.422	-	-
Total	191.422	191.422	191.422	-	-

Como parte da estrutura criada para proteção da variação cambial dos “Bonds”, a Companhia contratou uma aplicação financeira em moeda estrangeira junto ao Banco do Brasil de Nova York no montante de US\$ 33.630 mil a uma taxa de remuneração de 3,15% a.a. com vencimento em 14 de novembro de 2022. Esta aplicação, em conjunto com as “NDFs” descritas no item anterior, protegem as oscilações decorrentes da variação cambial dos “Bonds”.

Notas Explicativas

O resultado obtido dessa aplicação está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

6 Fundo de investimento em direitos creditórios

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo (“FIDC”) iniciou suas atividades em 05 de agosto de 2016 sob a forma de condomínio aberto, exclusivo e com prazo indeterminado. De 31 de julho de 2017 até atualização do regulamento em 03 de junho de 2019, o fundo não operou novas aquisições de recebíveis, voltando a operar com novas aquisições a partir desta data. O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo (“FIDC Plus”) iniciou suas atividades em 28 de julho de 2017 sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo indeterminado. Em julho de 2020, a Companhia realizou o resgate da totalidade das cotas do FIDC Plus devido ao seu vencimento e realizou sua segunda emissão de cotas no mercado nacional no montante de R\$4.250.000.

Ambos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Objetivo dos fundos

O FIDC Plus e o FIDC têm por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais, assim como, aquisição de carteiras de crédito operacionalizadas por instituições financeiras parceiras no sistema de adquirência Cielo, observadas as demais regras e normas aplicáveis à matéria.

Outras informações

Os rendimentos das cotas seniores II e mezanino B do FIDC Plus são pagos semestralmente, sendo possível amortização extraordinária para cotas mezaninos, a partir de 120 dias de sua emissão, e subordinadas desde que mantido o índice de subordinação mínimo de 20%. A agência Fitch Ratings atribuiu às cotas seniores o rating de risco “AAA”.

Os direitos creditórios do FIDC Plus são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno (TIR) dos contratos, pelo critério “*pro rata temporis*”. A taxa interna é calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimentos dos direitos creditórios.

Estrutura e composição dos fundos

A estrutura de patrimônio do FIDC e FIDC Plus em 30 de setembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	<u>Quantidade de cotas</u>	<u>Valor total das cotas</u>	<u>Participação Cielo</u>	<u>Participação de terceiros</u>
FIDC	57.285	47.253	47.253	-
FIDC Plus	23.401.902	4.473.140	197.812	4.275.328
Sênior	3.000.000	3.017.797	-	3.017.797
Subordinada	19.151.902	197.812	197.812	-
Mezanino (*)	1.250.000	1.257.531	-	1.257.531
Total	23.459.187	4.520.393	245.065	4.275.328

(*) No processo de oferta pública das cotas do FIDC Plus em julho de 2020, nos termos da Instrução CVM 476/09, a Cateno adquiriu as cotas mezanino.

Notas Explicativas

Os balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão assim demonstrados:

	30/09/2020			31/12/2019		
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
FIDC	47.356	103	47.253	82.047	217	81.830
FIDC Plus	4.518.711	45.571	4.473.140	9.805.299	1.704	9.803.595
Total	4.566.067	45.674	4.520.393	9.887.346	1.921	9.885.425

As demonstrações de resultado dos fundos nos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019 são apresentadas a seguir:

	Período de três meses			Período de nove meses		
	30/09/2020			30/09/2020		
	FIDC	FIDC Plus	Total	FIDC	FIDC Plus	Total
Receita - Direitos creditórios	3.755	96.480	100.235	11.087	438.607	449.694
Receitas financeiras	119	16.405	16.524	554	43.895	44.449
Despesas financeiras	-	(2.969)	(2.969)	-	(14.356)	(14.356)
Outras despesas operacionais	(7.329)	(247)	(7.576)	(21.219)	(853)	(22.072)
Lucro/(Prejuízo) do período	(3.455)	109.669	106.214	(9.578)	467.293	457.715

	Período de três meses			Período de nove meses		
	30/09/2019			30/09/2019		
	FIDC	FIDC Plus	Total	FIDC	FIDC Plus	Total
Receita - Direitos creditórios	3.407	300.443	303.850	3.436	917.519	920.955
Receitas financeiras	59	2.795	2.854	110	9.202	9.312
Despesas financeiras	-	(311)	(311)	-	(986)	(986)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(1.051)	(197)	(1.248)	(1.208)	137	(1.071)
Lucro/(Prejuízo) do período	2.415	302.730	305.145	2.338	925.872	928.210

7 Contas a receber operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Rendas a receber de transações de pagamentos	290.129	284.638	800.003	875.676
Contas a receber de emissores	61.152.061	71.864.873	61.378.420	72.192.036
Contas a receber de emissores (a)	61.085.138	71.758.516	61.085.138	71.758.516
Contestações de portadores de cartão de crédito – “chargeback” (b)	19.177	48.099	19.177	48.099
Valores a receber de transações financeiras processadas (c)	-	-	13.570	169.652
Valores a receber de intercâmbio de clientes (d)	-	-	212.789	157.511
Outros	47.746	58.258	47.746	58.258
Contas a receber com partes relacionadas (Nota 27)	11.639	196.893	-	-
Depósito judicial (Nota 14b)	1.575.830	1.586.621	1.578.847	1.594.140
Créditos tributários (Nota 8b)	905.701	907.991	1.147.743	1.132.687
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	435.395	130.527	636.028	488.487
Outras contas a receber operacionais	310.465	300.034	394.888	443.918
Provisão para créditos incobráveis (e)	(268.195)	(245.948)	(293.997)	(267.705)
Total	64.413.025	75.025.629	65.641.932	76.459.239
Circulante	61.911.326	72.504.103	62.893.220	73.703.487
Realizável a longo prazo	2.501.699	2.521.526	2.748.712	2.755.752
Total	64.413.025	75.025.629	65.641.932	76.459.239

(a) Correspondem aos valores a receber de bancos emissores decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, já líquidos das antecipações e cessões com bancos emissores. No 1º semestre de 2020, foram cedidos o total de R\$

Notas Explicativas

4.775.198 em recebíveis a um custo médio de 142,74% do DI. (R\$ 2.000.000 a um custo médio de 109,84% do DI em 31 de dezembro de 2019). Em 30 de setembro de 2020, não há saldos de cessões em aberto.

- (b) Correspondem substancialmente a saldos a receber de transações contestadas pelos portadores de cartão de crédito e que se encontram em avaliação pelo Grupo nas respectivas datas de balanço (“chargeback”).
- (c) Correspondem a saldos a receber registrados na controlada MerchantE. São representados por valores devidos pelos membros das associações de cartões por transações processadas que foram autorizadas, mas ainda não recebidas pela MerchantE até as datas dos balanços. Os valores a receber são normalmente recebidos no dia útil seguinte à data da captura das transações. As associações de cartões remetem à MerchantE os valores devidos aos estabelecimentos comerciais para processamento líquido da taxa de intercâmbio retida pelos bancos emissores.
- (d) São representados pelos valores a receber referentes às taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela MerchantE de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.
- (e) Refere-se à provisão constituída a partir da expectativa de perdas esperadas e das operações já em atraso realizadas com estabelecimentos comerciais, sendo estas relacionadas a produtos e serviços prestados pela Companhia, assim como cobranças de cancelamentos e *chargebacks*, conforme apresentado na nota explicativa 26 – Gestão de riscos. Esta provisão é determinada por meio de metodologia que consiste na atribuição de ratings e percentuais de provisão, conforme faixa de atraso das operações.

8 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

a. Imposto de renda e contribuição social - Correntes

A seguir a reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social em relação à taxa nominal de referidos tributos para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019:

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	149.142	433.450	316.136	1.687.532	190.518	563.027	464.085	2.052.994
Alíquotas vigentes - %	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(50.709)	(147.373)	(107.487)	(573.761)	(64.776)	(191.429)	(157.789)	(698.018)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	11.450	41.514	21.892	137.360	11.450	41.514	21.892	137.360
Benefício fiscal de P&D	-	2.370	2.711	8.863	-	2.370	2.711	8.863
Equivalência patrimonial	(10.469)	20.804	(39.279)	60.005	(621)	943	(765)	2.400
Ágio na aquisição de Investimento	-	(1.472)	-	(5.890)	-	(1.472)	-	(5.890)
Imposto de Renda e Contribuição Social de anos anteriores	-	10.197	-	10.197	-	10.197	-	10.917
Diferença de alíquota de Imposto de Renda EUA	-	-	-	-	(15.602)	(6.293)	(40.153)	(17.645)
Efeito prejuízo fiscal Stelo	-	-	-	-	(5.049)	(11.806)	(35.468)	(29.685)
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas (*)	1.023	(6.637)	(1.939)	1.771	9.069	(3.910)	14.179	5.132
Imposto de renda e contribuição social	(48.705)	(80.597)	(124.102)	(361.455)	(65.529)	(159.886)	(195.393)	(586.566)
Correntes	(92.298)	(56.256)	(121.812)	(338.720)	(159.574)	(149.440)	(250.609)	(601.239)
Diferidos	43.593	(24.341)	(2.290)	(22.735)	94.045	(10.446)	55.216	14.673

Os incentivos para Atividades Culturais e Artísticas (“Lei Rouanet”), Desportivas e para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundo do Idoso e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) são registradas na rubrica “Despesa de imposto de renda - corrente”. Os incentivos fiscais registrados como despesa de imposto de renda - corrente, totalizaram R\$ 820 em 30 de setembro de 2020 (no individual e consolidado) e R\$ 6.030 (R\$ 6.530 no Consolidado) em 30 de setembro de 2019.

a. Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo não circulante e passivo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Notas Explicativas

Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	600.981	601.178	605.473	607.779
Provisão para despesas diversas	194.921	206.154	303.149	326.979
Prejuízo fiscal e base negativa em controlada	-	-	93.678	93.678
Provisão para perdas com equipamentos de captura, com créditos incobráveis e fraude	109.799	100.659	145.443	104.251
Total	905.701	907.991	1.147.743	1.132.687

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Valor presente	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Valor presente
Até 12 meses	224.059	80.661	304.720	298.014	329.847	118.745	448.592	438.720
Superior a 12 meses	441.898	159.083	600.981	587.756	514.082	185.069	699.151	683.766
Total	665.957	239.744	905.701	885.770	843.929	303.814	1.147.743	1.122.486

Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e provisão com créditos incobráveis e fraude, no montante de R\$ 304.720 (R\$ 448.592 no Consolidado) serão realizados, principalmente, nos próximos 12 meses. A parcela remanescente, no montante de R\$ 600.981 (R\$ 699.151 no Consolidado), será realizada em um prazo superior a 12 meses e inclui os créditos sobre provisões para riscos, os quais dependem do desfecho final de cada ação, estimado parcialmente em até 5 anos, exceto em relação às provisões para riscos trabalhistas, cuja estimativa de realização é em até 10 anos, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 14.

Composição do imposto de renda diferido - Passivo constituído em empresas no país e exterior.

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Valor justo dos ativos intangíveis da MerchantE, adquirida em 2012	12.861	6.220
Valor justo dos ativos intangíveis da Cielo USA	34.996	58.349
Passivo diferido sobre deságio	6.188	6.188
Total	54.045	70.757

b. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações	129.487	66.314	294.108	440.182
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	24.636	17.190	46.536	29.008
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.018	4.522	46.480	48.289
Programa de Integração Social - PIS	5.086	3.496	9.812	12.953
Outros tributos a recolher	19.099	12.853	32.847	23.257
Total	182.326	104.375	429.783	553.689

Notas Explicativas

9 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Em controladas	8.843.135	8.724.467	-	-
Em controladas em conjunto	121.487	126.229	121.487	126.229
Total	8.964.622	8.850.696	121.487	126.229

Na consolidação das informações contábeis intermediárias, para as controladas diretas Multidisplay, Braspag e Cielo USA, bem como para as controladas indiretas M4Produtos e MerchantE, foram utilizadas as informações contábeis de 31 de agosto de 2020 para efeito de cálculo dos investimentos em 30 de setembro de 2020. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial referem-se ao período de nove meses findo em 31 de agosto de 2020.

As principais informações sobre as controladas diretas e indiretas e controladas em conjunto (“*joint ventures*”) referentes ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão demonstradas no quadro abaixo:

Notas Explicativas

	30/09/2020					30/09/2020					
	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas	Lucro Bruto	Lucro operacional antes do resultado financeiro	Lucro Líq. / (Prejuízo)	Equivalência patrimonial do trimestre	Equivalência patrimonial do período	Investimento
Controladas:											
Servinet	99,99	114.910	83.928	30.982	214.690	210.592	12.433	9.076	2.799	9.075	30.979
Multidisplay (i)	91,44	163.228	87.625	75.603	1.000.904	55.840	26.576	18.353	5.120	16.777	70.543
Braspag (v)	99,99	-	-	-	63.379	36.764	24.396	17.877	8.519	17.875	-
Cielo USA (ii)	100,00	880.120	2.337.989	(1.457.869)	-	(115.728)	(210.941)	(228.153)	(86.840)	(228.153)	-
Cateno (iv)	70,00	12.755.487	619.424	12.136.063	1.818.529	576.241	330.334	250.293	56.169	175.205	8.495.244
Stelo	21,36	400.697	152.577	248.120	129.796	(58.115)	(95.707)	(104.319)	-	-	53.001
Aliança	99,99	200.955	7.587	193.368	6.208	6.390	(103.973)	(104.054)	(14.733)	(104.054)	193.368
Subtotal									(28.966)	(113.275)	8.843.135
Controladas em conjunto:											
Orizon (iii)	40,95	338.005	26.873	311.132	91.448	18.713	(10.031)	(5.443)	(1.819)	(2.229)	121.487
Paggo (ii)	50,00	201	340	(139)	-	-	(42)	(42)	(7)	(21)	-
Subtotal									(1.826)	(2.250)	121.487
Total Controladora									(30.792)	(115.525)	8.964.622
Total Consolidado									(1.826)	(2.250)	121.487
Controladas indiretas:											
M4Produtos	91,44	160.302	132.135	28.167	90.285	46.977	7.249	4.786			
Merchante	100,00	882.979	420.951	462.028	1.750.758	329.474	(134.357)	(95.155)			
Controladas em conjunto indiretas:											
PrevSaúde	40,95	18.131	1.161	16.970	5.746	3.631	2.792	2.343			
Guilher	40,95	12.690	10.100	2.590	3.787	1.018	433	492			

(i) O investimento mantido pela Cielo contempla ajuste realizado no patrimônio líquido da controlada Multidisplay em decorrência da reserva especial de ágio gerada pelo processo de reestruturação societária em que a Servrede foi incorporada pela sua entidade controlada Multidisplay.

(ii) Em 30/09/2020, as empresas Cielo USA e Paggo apresentaram patrimônio líquido negativo, por este motivo o valor do investimento foi reclassificado para "Provisão para obrigação com investidas".

(iii) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua entidade controlada Orizon.

(iv) O saldo ativo da Cateno é composto, substancialmente, pelo direito de exploração do arranjo de pagamentos Ourcard.

(v) Em 30/09/2020, a Braspag foi incorporada pela Stelo, conforme descrito na nota explicativa 1 – Contexto operacional.

Notas Explicativas

	31/12/2019		30/09/2019		30/09/2019		31/12/2019				
	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas	Lucro Bruto	Lucro operacional antes do resultado financeiro	Lucro Líq. / (Prejuízo)	Equivalência patrimonial do trimestre	Equivalência patrimonial do período	Investimento
Controladas:											
Servinet	99,99	105.950	84.045	21.905	202.058	199.192	11.657	8.015	2.664	8.015	21.905
Multidisplay (i)	91,44	154.665	90.867	63.798	750.011	40.777	25.979	21.713	7.424	19.852	59.745
Braspag	99,99	62.383	29.383	33.000	37.088	21.405	12.244	8.214	4.054	8.214	33.000
Cielo USA (ii)	100,00	825.540	1.687.306	(861.766)	-	(79.388)	(87.406)	(102.909)	(36.792)	(102.909)	-
Cateno (iv)	70,00	12.989.690	762.119	12.227.571	1.995.020	750.823	610.897	461.640	115.716	323.148	8.559.300
Aliança	99,99	252.626	202.109	50.517	3.863	3.921	(75.421)	(79.836)	(34.651)	(86.894)	50.517
Subtotal									58.415	169.426	8.724.467
Controladas em conjunto:											
Orizon (iii)	40,95	355.641	33.031	322.610	72.396	24.366	7.249	10.496	2.781	7.079	126.229
Paggo (ii)	50,00	243	340	(97)	-	-	(42)	(42)	(7)	(21)	-
Subtotal									2.774	7.058	126.229
Total Controladora									61.189	176.484	8.850.696
Total Consolidado									2.774	7.058	126.229
Controladas indiretas:											
M4Produtos	91,44	208.749	181.632	27.117	96.166	54.342	23.627	16.319			
MerchantE	100,00	847.726	399.638	448.088	1.409.591	285.224	(15.046)	(8.019)			
Sielo	100,00	524.052	276.527	247.526	1.30.109	9.201	(57.889)	(75.582)			
Controladas em conjunto indiretas:											
PrevSaúde	40,95	16.191	1.565	14.626	6.095	4.161	3.391	2.921			
Gulther	40,95	11.292	9.195	2.097	4.686	758	146	569			

(i) O investimento mantido pela Cielo contempla ajuste realizado no patrimônio líquido da controlada Multidisplay em decorrência da reserva especial de ágio gerada pelo processo de reestruturação societária em que a Servrede foi incorporada pela sua entidade controlada Multidisplay.

(ii) Em 31/12/2019, as empresas Cielo USA e Paggo apresentaram patrimônio líquido negativo, por este motivo o valor do investimento foi reclassificado para "Provisão para obrigação com investidas".

(iii) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua entidade controlada Orizon.

(iv) O saldo ativo da Cateno é composto, substancialmente, pelo direito de exploração do arranjo de pagamentos Ourocard.

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.960.900	119.055
Constituição de provisão para obrigações com investidas (a)	112.843	21
Dividendos recebidos:		
Braspag	(20.673)	-
Multidisplay	(26.056)	-
Orizon	(2.060)	(2.060)
Servinet	(25.000)	-
Catenio	(339.420)	-
Resultado com equivalência patrimonial	176.484	7.058
Amortização de ágio	(17.323)	-
Integralização de capital – Aliança	18.115	-
Saldo em 30 de setembro de 2019	8.837.810	124.074
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.850.696	126.229
Provisão para obrigações com investidas (a)	228.173	(368)
Dividendos provisionados:		
Multidisplay	(6.375)	-
Dividendos recebidos:		
Orizon	(2.124)	(2.124)
Braspag	(11.463)	-
Catenio	(239.260)	-
Aporte de capital em controladas	65.500	-
Integralização de adiantamento de capital em controladas – AFAC (b)	195.000	-
Resultado com equivalência patrimonial	(115.525)	(2.250)
Saldo em 30 de setembro de 2020	8.964.622	121.487

(a) Refere-se a investimento com patrimônio líquido negativo, reconhecido na rubrica de “Provisão para obrigação com investidas”.

(b) Aumento de capital com a utilização de adiantamentos realizados ao decorrer de 2019 (Aliança).

10 Imobilizado

		Controladora			
		30/09/2020		31/12/2019	
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	20	1.859.181	(1.162.459)	696.722	729.572
Equipamentos de processamento de dados	20	228.710	(137.884)	90.826	60.315
Máquinas e equipamentos	10 - 20	28.410	(25.482)	2.928	4.599
Instalações	10	49.183	(24.297)	24.886	28.285
Móveis e utensílios	10	11.273	(6.095)	5.178	5.903
Veículos	20	1.664	(319)	1.345	1.478
Total		2.178.421	(1.356.536)	821.885	830.152
		Consolidado			
		30/09/2020		31/12/2019	
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	20	1.859.836	(1.162.832)	697.004	729.946
Equipamentos de processamento de dados	20	295.434	(192.985)	102.449	68.988
Máquinas e equipamentos	10 - 20	43.764	(31.970)	11.794	15.951
Instalações	10	97.878	(47.736)	50.142	54.402
Móveis e utensílios	10	19.477	(10.212)	9.265	10.569
Veículos	20	1.773	(389)	1.384	1.528
Total		2.318.162	(1.446.124)	872.038	881.384

A movimentação do imobilizado nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020

Notas Explicativas

e de 2019 é como segue:

Controladora						
	31/12/2019	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	30/09/2020	
Equipamentos de captura de transações	729.572	143.880	(18.664)	(158.066)	696.722	
Equipamentos de processamento de dados	60.315	47.569	-	(17.058)	90.826	
Máquinas e equipamentos	4.599	-	-	(1.671)	2.928	
Instalações	28.285	284	-	(3.683)	24.886	
Móveis e utensílios	5.903	120	-	(845)	5.178	
Veículos	1.478	116	-	(249)	1.345	
Total	830.152	191.969	(18.664)	(181.572)	821.885	
Consolidado						
	31/12/2019	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	Variação cambial	30/09/2020
Equipamentos de captura de transações	729.946	143.993	(18.814)	(158.193)	72	697.004
Equipamentos de processamento de dados	68.988	53.210	(197)	(21.826)	2.274	102.449
Máquinas e equipamentos	15.951	7.520	(11.472)	(3.958)	3.753	11.794
Instalações	54.402	4.153	(1.098)	(7.315)	-	50.142
Móveis e utensílios	10.569	362	(333)	(1.373)	40	9.265
Veículos	1.528	116	-	(260)	-	1.384
Total	881.384	209.354	(31.914)	(192.925)	6.139	872.038
Consolidado						
	31/12/2018	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	Variação cambial	30/09/2019
Total	523.853	479.149	(19.033)	(143.472)	(143.472)	840.497
Total	580.794	499.407	(19.389)	(156.287)	1.268	905.793

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, estão contabilizadas no imobilizado perdas estimadas de equipamentos de captura de transações, nos montantes de R\$ 30.654 e R\$ 32.380, respectivamente.

11 Intangível

A composição analítica do intangível está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	4.573	5.974
Outros ativos intangíveis	580.959	562.734	10.599.407	10.949.664
Total	580.959	562.734	10.603.980	10.955.638

a. Ágio na aquisição de investimentos

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os ágios gerados na aquisição de investimentos das controladas são registrados na rubrica de intangíveis no balanço consolidado, conforme composição analítica apresentada a seguir:

Notas Explicativas

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Multidisplay (a)	4.573	5.974
Total	4.573	5.974

- (a) **Aquisição de controle – Multidisplay:** Em agosto de 2010, a Companhia adquiriu por meio da controlada direta Servrede, 50,1% das ações representativas do capital social da Multidisplay pelo valor de R\$ 50.650, gerando ágio inicial de R\$ 31.348. No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay, sendo que o benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$ 10.658 foi incorporado pela Multidisplay e o valor remanescente do ágio, em R\$ 20.690, foi reconstituído na Companhia conforme previsto nas Instruções CVM nº 319/99 e nº349/01. O benefício fiscal é amortizado conforme sua realização e o ágio foi amortizado de acordo com o prazo do estudo de projeções de resultados futuros que o justificou.

A movimentação do saldo de ágios nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	28.579
Realização de benefício fiscal sobre ágio	(4.850)
Amortização do ágio do período	(17.323)
Saldo em 30 de setembro de 2019	6.406
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.974
Realização de benefício fiscal sobre ágio	(1.401)
Saldo em 30 de setembro de 2020	4.573

b. Outros ativos intangíveis

A composição analítica de outros intangíveis está apresentada a seguir:

	Taxa anual de amortização - %	Controladora			
		30/09/2020		31/12/2019	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	20	1.153.493	(609.239)	544.254	499.370
Relacionamento com clientes	20	105.582	(68.877)	36.705	63.364
Total		1.259.075	(678.116)	580.959	562.734

	Taxa anual de amortização - %	Consolidado			
		30/09/2020		31/12/2019	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de Exploração – Arranjo de pagamento Ourocard (a)	3,33	11.572.000	(2.153.678)	9.418.322	9.707.622
Software (b)	6,66 - 20	2.006.631	(1.174.522)	832.109	726.434
Relacionamento com clientes (c)	4 - 20	1.306.054	(1.035.287)	270.767	410.702
Desenvolvimento de projetos (d)	20	266.601	(188.663)	77.938	88.496
Acordo de não competição (e)	7,5 - 50	242.310	(242.310)	-	10.188
Contratos de serviços (f)	8 - 20	33.339	(33.142)	197	6.148
Marcas (g)	10	74	-	74	74
Total		15.427.009	(4.827.602)	10.599.407	10.949.664

- (a) **Direito de Exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard** - No âmbito do acordo de associação entre a Companhia e BB Elo Cartões, subsidiária integral do Banco do Brasil, em fevereiro de 2015, foram outorgados à Cateno os direitos de exploração da atividade de gestão de contas de pagamento pós-pagos do Arranjo de Pagamento Ourocard, de exploração da atividade de gestão da funcionalidade de compras via débito do Arranjo de Pagamento Ourocard e de participar do Arranjo de Pagamento Ourocard na qualidade de Instituição de Pagamento. Por meio de Laudo de Avaliação Econômico-Financeira, realizado por empresa de auditoria

Notas Explicativas

independente e elaborado com base na metodologia de Rentabilidade Futura, por meio do “Fluxo de Caixa Descontado”, os direitos de exploração no âmbito do Arranjo de Pagamento Ourocard, acima descritos, foram avaliados em R\$ 11.572.000 com vida útil definida em 30 anos. A amortização do ativo intangível é apropriada linearmente à taxa de 3,33% ao ano. A vida útil e o método de amortização são revisados anualmente.

- (b) **Software** - refere-se a softwares adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações de clientes. Adicionalmente, em 2012, quando da aquisição de 100% do capital social da MerchantE, foi reconhecido o ajuste do valor justo da plataforma de softwares na Cielo USA, no montante de R\$ 223.300 (equivalente a US\$ 110.000 mil). Para avaliar o valor justo da plataforma de softwares, a empresa especializada que emitiu o laudo utilizou como critério de valorização a média dos valores obtidos com as metodologias “Relief-from-Royalty” (a um “royalty fee” de 16%) e “Cost Approach - Third-party Cost Estimates”. A vida útil definida para essa plataforma de softwares é de 12 anos.
- (c) **Relacionamento com clientes:**
- **Braspag** - O principal componente do ativo intangível é a carteira de clientes, que foi avaliada pela metodologia “Income Approach” considerando o saldo de clientes ativos e o respectivo “churn rate”, utilizando-se de uma vida útil estimada de 120 meses.
 - **MerchantE** - A carteira de clientes da MerchantE foi classificada em três principais grupos: “e-commerce”, “bank customer” e “B2B/Outros”. Cada carteira foi avaliada separadamente, pela metodologia “Excess Earnings”, respeitando-se suas características específicas e individuais. Como taxa de desconto, foi utilizada a de 10% ao ano para as carteiras “e-commerce” e “bank customer” e 11% para “B2B/Outros”. A estimativa da vida útil utilizada foi baseada nos anos em que cada carteira atinge aproximadamente 80% a 90% do valor do fluxo de caixa descontado acumulado, tendo sido adotado um intervalo entre o menor valor e o maior valor apurado.
 - **Subsídio na Venda de Solução de Captura** – Corresponde ao subsídio pago pela Companhia e sua controlada (Stelo) na venda de terminais de captura para estabelecimentos comerciais e representa a expectativa de rentabilidade futura com os clientes, a partir da aquisição do equipamento, sendo apropriado pelo prazo médio de vida útil estimado em 15 meses.
- (d) **Desenvolvimento de projetos** - refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços que visam incrementar a receita da Companhia e de suas controladas.
- (e) **Acordo de não competição:**
- **Multidisplay e M4Produtos** - O valor do acordo de não competição (“with and without”) foi calculado pela metodologia “Income Approach”, utilizando uma taxa de desconto de 17,5% ao ano, perpetuidade de 4% ao ano e vida útil estimada de 89 meses.
 - **MerchantE** - Com relação ao acordo de não competição, a MerchantE firmou contrato com a Synovus Financial Corporation que prevê a não concorrência na carteira adquirida da Columbus Bank and Trust Company (“CB&T”), tampouco nos novos clientes adquiridos por meio da CB&T em virtude de Acordo de Recomendação. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia “With and Without”, e sua vida útil teve como base a data de término do contrato.
- (f) **Contratos de serviços:**
- **Multidisplay e M4Produtos** - Os quatro contratos de serviços com operadoras de telecomunicações foram avaliados de acordo com o fluxo de caixa descontado de cada contrato, utilizando uma taxa de desconto de 16,5% ao ano, durante a vida útil residual de cada contrato, de aproximadamente 53 meses.
 - **MerchantE** - Com relação a contratos de serviços, a MerchantE, quando da aquisição da carteira de clientes da CB&T, firmou contrato segundo o qual teria preferência na indicação de novos clientes. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia “Excess Earnings”, e sua vida útil teve como base a data do término do contrato, ou seja, 2020.
- (g) **Marcas (Cateno e Braspag)** - avaliada pela metodologia “Relief-from-Royalty”, tendo como premissa a taxa de “royalty” de 0,3% baseada em parâmetros obtidos da “Royalty Source Intellectual Property Database”, e uma taxa de desconto de 10%.

A movimentação do intangível nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019 é como segue:

	Controladora				
	31/12/2019	Adições	(Baixas)/ Reversões	Amortizações	30/09/2020
Software	499.370	156.837	-	(111.953)	544.254
Relacionamento com clientes	63.364	26.634	-	(53.293)	36.705
Total	562.734	183.471	-	(165.246)	580.959
	31/12/2018	Adições	(Baixas) / Reversões	Amortizações	30/09/2019
Total	420.389	152.892	(21)	(90.422)	482.838

Notas Explicativas

	Consolidado						30/09/2020
	31/12/2019	Adições	Transferências	(Baixas)/ Reversões	Amortizações	Variação cambial	
Direito de Exploração-Arranjo Ourocard	9.707.622	-	-	-	(289.300)	-	9.418.322
Software	726.434	181.306	19.114	(8.293)	(168.482)	82.030	832.109
Relacionamento com clientes	410.702	31.145	-	-	(246.644)	75.564	270.767
Desenvolvimento de projetos	88.496	23.332	(19.114)	(1.991)	(17.131)	4.346	77.938
Acordo de não competição	10.188	-	-	-	(16.179)	5.991	-
Contratos de serviços	6.148	-	-	-	(1.761)	(4.190)	197
Marcas	74	-	-	-	-	-	74
Total	10.949.664	235.783	-	(10.284)	(739.497)	163.741	10.599.407
	31/12/2018	Adições	Transferências	(Baixas)/ Reversões	Amortizações	Variação cambial	30/09/2019
Total	11.218.695	379.239	-	(723)	(594.058)	31.719	11.034.872

As despesas com depreciação e amortização de imobilizado e amortização do intangível foram registradas nas rubricas “Despesas gerais e administrativas” e “Custo dos serviços prestados” na demonstração do resultado.

12 Obrigações por empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Debêntures privadas (a)	3.343.426	3.402.483	3.343.426	3.402.483
Debêntures públicas (b)	3.000.402	2.978.983	2.899.799	2.878.841
Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds" (d)	552.747	389.450	2.855.741	2.018.414
Financiamento de P&D	95.614	112.413	95.614	112.413
Capital de giro (c)	-	350.064	-	350.064
Empréstimo em moeda estrangeira - Operação 4131 (e)	-	483.420	-	483.420
Total	6.992.189	7.716.813	9.194.580	9.245.635
Circulante	44.298	917.685	66.550	918.337
Não circulante	6.947.891	6.799.128	9.128.030	8.327.298
Total	6.992.189	7.716.813	9.194.580	9.245.635

(a) Debêntures Privadas

Em 27 de fevereiro de 2015, a Companhia realizou a 1ª, a 2ª e a 3ª emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirografia, não conversíveis em ações para distribuição privada. As três emissões totalizam o montante de R\$ 3.459.449 e estabelecem como data de vencimento o dia 30 de dezembro de 2023. As remunerações das Debêntures Privadas contemplam juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada entre 100,00% e 111,00% da taxa média diária de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“DI”), conforme aplicável, indicado na tabela abaixo:

Remuneração

1ª emissão	2.359.449	111% do DI
2ª emissão	700.000	100% do DI até 31.03.2015 e 111% do DI após 31.03.2015
3ª emissão	400.000	100% do DI desde a data de integralização até o dia em que for destituído o “Comitê de Transição” ou até o fim do período de 9 (nove) anos, contados a partir de data base a ser definida em aditamento da Escritura. Na ocasião de qualquer um dos eventos, os juros remuneratórios se basearão na variação de 111% do DI.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente a partir da data de emissão, exceto pelo último período de capitalização que será mais curto, pois terá início em 27 de agosto de 2023 e encerrará com pagamento na data de vencimento, juntamente com o valor principal. Excepcionalmente em 27 de março de 2015, houve amortização parcial do saldo principal no montante de R\$122.324 referente à 1ª emissão das debêntures privadas, estabelecendo seu saldo remanescente no montante de R\$2.237.125. Não existem cláusulas de “covenants” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Privadas.

(b) Debêntures Públicas

Em junho de 2019, a Sociedade realizou a 5ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografia, não conversíveis em ações e para distribuição pública nos termos da ICVM 476. A emissão foi realizada no montante de R\$ 3.000.000, com data de vencimento em 18 de junho de 2022. O montante foi integralmente destinado ao reperfilamento de dívidas da companhia. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada de 103,8% da taxa média diária de juros dos DI. Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão das debêntures (bancos, agência de rating, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

Notas Explicativas

As debêntures públicas possuem “covenants” que obriga a Sociedade a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3, mensurados trimestralmente.

(c) **Capital de giro**

A partir de março de 2019, a Sociedade iniciou a captação de recursos para capital de giro por meio de CCB (Cédula de Crédito Bancário) e outras linhas de crédito de curto prazo com taxas que são de CDI+1,11% a.a. DI com prazo médio de 90 dias corridos. No trimestre findo em 30 de setembro de 2020, não foram realizadas novas operações.

(d) **Financiamentos de longo prazo - “ten years bonds”**

Em novembro de 2012, a Companhia e a controlada Cielo USA concluíram a operação financeira de emissão de “bonds” no valor total de US\$ 875 milhões, sendo US\$ 470 milhões emitidos pela Companhia e US\$ 405 milhões emitidos pela controlada Cielo USA. O montante captado pela Cielo USA foi utilizado para pagamento da aquisição do controle acionário da MerchantE. Com relação à Companhia, tais recursos foram utilizados para o fomento de capital de giro. O financiamento foi captado com juros de 3,75% ao ano. Os juros são pagos semestralmente e o principal será pago em novembro de 2022. Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão desses “bonds” (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. Não há cláusulas de “covenants” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão de “bonds”.

Em junho de 2019, ocorreu a recompra parcial dos “Bonds” da parcela emitida pela Companhia, no valor de US\$ 372,9 milhões, sendo o saldo devedor remanescente de US\$ 97,1 milhões na Controladora e US\$ 405 milhões na Cielo USA.

(e) **Operação 4.131**

A Companhia possui uma linha de crédito junto MUFUG Bank, LTD para captação em dólar ao equivalente a R\$ 500.000. O contrato possui validade de um ano, podendo ser renovado a cada exercício. Em conjunto com o referido empréstimo, a Companhia contrata um Swap para proteção de oscilações relacionadas à variação cambial, sendo a ponta passiva equivalente à taxa média diária de juros dos DI.

Em 30 de agosto de 2019, foi renovada a operação junto ao MUFUG Bank, LTD no valor de US\$ 121 milhões, equivalente a R\$ 504.328 que contempla juros remuneratórios pré-fixados de 2,135% ao ano para o período de 30/08/2019 à 27/02/2020 e 2,235% ao ano para período de 28/02/2020 até vencimento do contrato em 27/08/2020. Adicionalmente, a Companhia contratou Swap com o objetivo de proteger o referido empréstimo de oscilações relacionadas à variação cambial e taxa de juros, tendo a ponta passiva, considerados todos os custos da operação, equivalentes a 104,15% da taxa média diária de juros dos DI. Os juros do empréstimo e as liquidações do instrumento financeiro contratados possuem datas de liquidação em 27/11/2019, 27/02/2020, 27/05/2020 e 27/08/2020, este último em conjunto com o saldo principal do empréstimo. Em 27 de agosto de 2020, houve a liquidação do contrato de empréstimo em moeda estrangeira (“operação 4.131”) no valor de US\$ 121.000 mil (R\$ 504.328). O instrumento derivativo Swap, que visava proteger o empréstimo em relação à oscilação da moeda estrangeira, também foi liquidada na mesma data.

A Companhia e suas controladas cumpriram os índices financeiros relacionados às cláusulas restritivas de seus empréstimos e financiamentos descritos acima.

A mutação dos empréstimos e financiamentos para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.298.568	7.862.977
Novas captações	13.594.538	13.594.538
Pagamento de principal	(9.774.731)	(9.774.953)
Variação cambial (principal e juros)	83.961	102.117
Ajuste de marcação a mercado (MTM)	3.856	3.856
Juros provisionados e encargos apropriados	309.543	353.945
Juros pagos	(315.529)	(345.454)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(32.708)	(32.708)
Amortização de custos de emissão de dívidas	6.378	6.378
Saldo em 30 de setembro de 2019	10.173.876	11.770.696
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.716.813	9.245.635
Novas captações	6.097.196	6.097.196
Pagamento de principal	(7.137.841)	(7.137.841)
Variação cambial (principal e juros)	345.131	997.088
Ajuste de marcação a mercado (MTM)	5.278	5.278
Juros provisionados e encargos apropriados	209.589	231.201
Juros pagos	(252.732)	(252.732)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(18.509)	(18.509)
Amortização de custos de emissão de dívidas	27.264	27.264
Saldo em 30 de setembro de 2020	6.992.189	9.194.580

Notas Explicativas

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo exigível a longo prazo

A composição do saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” classificado como não circulante em 30 de setembro de 2020, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2021	5.639	5.639
2022	3.570.553	5.754.107
2023	3.359.681	3.359.681
2024	22.556	22.556
Total de empréstimos e financiamentos	6.958.429	9.141.983
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(10.538)	(13.953)
Total	6.947.891	9.128.030

13 Outras obrigações - Diversas - Contas a pagar a clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Contas a pagar a clientes (a)	54.442.189	62.805.144	54.521.314	63.086.626
Valores a liquidar a clientes (b)	-	-	55.315	201.943
Cauções de clientes (c)	-	-	221.675	125.392
Total	54.442.189	62.805.144	54.798.304	63.413.961

- (a) Correspondem aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões de crédito e de débito a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Companhia, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela Cielo e bancos emissores;
- (b) Representados por valores devidos pela controlada Merchant-E a seus estabelecimentos comerciais, referentes às transações capturadas e processadas até as datas dos balanços. Tais valores são liquidados no dia útil seguinte à captura das transações;
- (c) A controlada MerchantE requer depósitos como garantia de clientes para fazer frente a potenciais riscos de reclamação por parte dos portadores de cartões em decorrência de fraude na transação ou falência do estabelecimento comercial.

Adicionalmente à prestação de serviços de pagamento dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito para os estabelecimentos comerciais, a Companhia também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão os recursos das transações de cartões de crédito. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Companhia em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Companhia estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

14 Provisões, ativos e passivos contingentes

a. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, como segue:

Notas Explicativas

	Controladora					
	31/12/2019	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	30/09/2020
Tributárias	1.691.220	34.313	(34.927)	4.685	-	1.695.291
Cíveis	48.808	44.511	(22.684)	6.656	(26.577)	50.714
Trabalhistas	66.846	11.193	(9.316)	5.794	(13.619)	60.898
Total	1.806.874	90.017	(66.927)	17.135	(40.196)	1.806.903
	31/12/2018	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	30/09/2019
Total	1.755.232	98.713	(29.746)	10.130	(9.462)	1.824.867

	Consolidado					
	31/12/2019	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	30/09/2020
Tributárias	1.701.471	34.346	(37.406)	4.769	-	1.703.180
Cíveis	50.160	46.680	(24.043)	6.715	(27.158)	52.354
Trabalhistas	79.116	13.606	(15.914)	6.785	(14.496)	69.097
Total	1.830.747	94.632	(77.363)	18.269	(41.654)	1.824.631
	31/12/2018	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	30/09/2019
Total	1.782.197	102.341	(34.339)	10.180	(10.177)	1.850.202

- (a) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019 registrada em contrapartida às rubricas “Impostos sobre serviços” e “Outras despesas operacionais, líquidas”, e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.
- (b) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Companhia.
- (c) Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia e suas controladas por acordos judiciais ou decisões desfavoráveis, efetivaram a liquidação de 3.149 ações cíveis e trabalhistas, no montante total de R\$ 40.196 na controladora e R\$ 41.654 no Consolidado.

Processos tributários

Os saldos a seguir correspondem à provisão para riscos tributários, decorrentes de divergência de interpretação em relação às autoridades fiscais e os respectivos depósitos judiciais:

Provisão para Riscos Tributários – Principais processos	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
COFINS - Regime não Cumulativo (a)	1.517.142	1.517.142	1.517.142	1.517.142
ISS (LC 157/16) (b)	21.340	20.732	24.365	26.073
PIS/COFINS sobre PIS/COFINS (c)	-	21.329	-	21.329
Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM (d)	18.494	18.408	18.494	18.408
ISS sobre PIS/COFINS (e)	17.237	13.702	17.237	13.702
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002 (f)	10.895	10.895	10.895	10.895
Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008 (g)	7.045	7.045	7.045	7.045
Outros	103.138	81.967	108.002	89.190
Total	1.695.291	1.691.220	1.703.180	1.701.471

Depósitos judiciais - Principais processos tributários	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
COFINS - Regime não Cumulativo (a)	1.517.142	1.517.142	1.517.142	1.517.142
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002 (c)	10.895	10.895	10.895	10.895
Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008 (d)	7.045	7.045	7.045	7.045
Outros	19.075	19.069	20.201	22.806
Total	1.554.157	1.554.151	1.555.283	1.557.888

Notas Explicativas

- (a) **Cofins - Regime não Cumulativo** - a Companhia, em fevereiro de 2004, impetrou mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei à alíquota de 7,6%, efetuando o depósito judicial dos valores apurados mensalmente e registrando a diferença entre os regimes cumulativo e não cumulativo como provisão para riscos. Em maio de 2017, após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 570.122/RS – com repercussão geral reconhecida em relação à matéria suscitada e resultado desfavorável aos contribuintes –, a Companhia decidiu por cessar a realização dos depósitos em juízo, passando a recolher os tributos e se beneficiar da dedutibilidade a que alude o Decreto nº 3.000/99 e a Instrução Normativa nº 1.700/17. O mandado de segurança, entretanto, permanece aguardando decisão em instância superior para solução definitiva da lide, em decorrência do acórdão ainda não publicado nos autos do Recurso Extraordinário. Em 30 de setembro de 2020, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 1.517.142.
- (b) **ISS (LC 157/16)** - Com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 157/16, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (“ISS”) passou a ser devido, a partir de janeiro de 2018, no município onde os estabelecimentos comerciais, tomadores dos serviços relativos a meios de pagamento, estão domiciliados. Em março de 2018, no entanto, a eficácia do 1º artigo da LC nº 157/16 foi suspensa em decorrência de liminar deferida pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”). Diante da insegurança jurídica ocasionada pela Lei Complementar em questão no período de vigência, a Companhia constituiu provisão para riscos em relação ao suposto valor devido aos demais municípios da Federação. Em 30 de setembro de 2020, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 21.340 na controladora e R\$ 24.365 no Consolidado.
- (c) **PIS/COFINS sobre PIS/COFINS** - A Companhia, em outubro de 2018, impetrou mandado de segurança com pedido de liminar objetivando a suspensão da exigibilidade do crédito decorrente da inclusão da contribuição ao PIS e à COFINS em suas respectivas bases de cálculo. A medida liminar foi deferida em novembro de 2018, momento a partir do qual a Companhia passou a constituir provisão do valor correspondente, considerando a suspensão da exigibilidade das contribuições. Em fevereiro de 2020, decorrente de sentença de 1º grau revogando a liminar, a Companhia procedeu ao recolhimento da parcela dos tributos objeto da lide e, conseqüentemente, reverteu a provisão constituída até então.
- (d) **Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM** - Em 2007, a Companhia sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinada ao FINAM. O processo administrativo está aguardando julgamento do recurso voluntário da Companhia pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em 30 de setembro de 2020, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 18.494.
- (e) **ISS sobre PIS/COFINS** - A Companhia, em abril de 2017, impetrou mandado de segurança com pedido de liminar objetivando a exclusão do valor correspondente ao ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A medida liminar foi deferida em junho de 2017, restando declarada a suspensão da exigibilidade das contribuições e, desde então, a Companhia vem constituindo provisão do valor correspondente, enquanto aguarda ulterior decisão em definitivo. Em 30 de setembro de 2020, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 17.237.
- (f) **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002** - Em 2007, foi lavrado auto de infração contra a Companhia para exigir a CSLL (cota de ajuste relativamente ao ano-calendário 2002, acrescida da multa de ofício (75%) e dos juros de mora, bem como multa isolada (50%) sobre os valores das “estimativas” de CSLL que não teriam sido recolhidas. Após a manutenção do auto de infração na esfera administrativa, em julho de 2011, a Companhia optou pela discussão judicial. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente e está sendo contestado em autos de ação anulatória, distribuída em agosto de 2011. Em 1ª instância judicial, foi proferida sentença julgando improcedente a ação anulatória. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso de apelação da empresa. Em 30 de setembro de 2020, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 10.895.
- (g) **Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008** - Em 2009, a Companhia compensou o saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2008 para débitos fiscais devidos em 2009 mediante apresentação de Declaração de Compensação (PER/DCOMP). Ao apreciar referida declaração de compensação em 2012, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não homologou o crédito fiscal e, por consequência, emitiu o Despacho Decisório nº 022405395. Em janeiro de 2013, a controladora ajuizou Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal, na Vara Cível da Subseção Judiciária de Osasco/SP, com a finalidade de demonstrar e provar o crédito de saldo negativo do ano-calendário de 2008. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente. Em 30 de setembro de 2020, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 7.045.

Adicionalmente, em dezembro de 2018, foi lavrado auto de infração contra a Companhia para exigir o recolhimento de PIS e COFINS à alíquota de 9,25% sobre as receitas decorrentes da aquisição de recebíveis (“ARV”), relativamente aos anos-calendário 2014 e 2015, no montante atualizado de R\$ 713.897 (R\$ 693.637 em 31 de dezembro de 2019). Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a classificação do risco de perda foi estabelecida como remota.

A Administração da Companhia e suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das provisões para riscos tributários ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia e suas controladas.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Companhia que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 30 de

Notas Explicativas

setembro de 2020, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$ 50.714 na controladora e R\$ 52.354 no Consolidado (R\$ 48.808 na controladora e R\$ 50.160 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019), e o saldo de depósito judicial em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 4.778 na controladora e R\$ 4.817 no Consolidado (R\$ 4.104 na controladora e R\$ 4.164 em 31 de dezembro de 2019).

A Administração da Companhia e suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2020, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por associações, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Processos trabalhistas

Referem-se às demandas trabalhistas que, em 30 de setembro de 2020, incluíam 625 ações trabalhistas contra a Companhia e 93 contra as controladas, totalizando 718 ações (709 ações trabalhistas contra a Companhia e 76 contra as controladas, totalizando 785 ações em 31 de dezembro de 2019). Dentre essas ações em 30 de setembro de 2020, 268 foram movidas por ex-empregados (246 em 31 de dezembro de 2019) e as 450 restantes (539 em 31 de dezembro de 2019) foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

A probabilidade de perda das ações trabalhistas é avaliada a depender do teor do pedido, das provas apresentadas e do histórico de perda em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral.

Em 30 de setembro de 2020, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$ 60.898 na controladora e R\$ 69.097 no Consolidado (R\$ 66.846 na controladora e R\$ 79.116 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019), e o saldo de depósito judicial é de R\$ 16.895 na controladora e R\$ 18.747 no Consolidado (R\$ 28.366 na controladora e R\$ 32.088 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019).

A Administração da Companhia e suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso de 53,73% de referidas provisões para riscos trabalhistas ocorrerá em até 5 anos, e 46,27% em até 10 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia e suas controladas.

Perda Possível

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Tributárias	298.670	140.052	299.236	192.463
Cíveis	221.849	221.007	228.191	228.879
Trabalhistas	58.849	55.293	76.717	69.545
Total	579.368	416.352	604.144	490.887

b. Depósitos judiciais

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, a Companhia e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, cujas movimentações estão assim demonstradas:

	Controladora			
	31/12/2019	Adições	Baixas	30/09/2020
Tributários	1.554.151	6	-	1.554.157
Trabalhistas	28.366	5.477	(16.948)	16.895
Cíveis	4.104	3.684	(3.010)	4.778
Total	1.586.621	9.167	(19.958)	1.575.830
	31/12/2018	Adições	Baixas	30/09/2019
Total	1.624.223	4.886	(856)	1.628.253

	Consolidado			
	31/12/2019	Adições	Baixas	30/09/2020
Tributários	1.557.888	1.947	(4.552)	1.555.283
Trabalhistas	32.088	8.257	(21.598)	18.747
Cíveis	4.164	3.683	(3.030)	4.817
Total	1.594.140	13.887	(29.180)	1.578.847
	31/12/2018	Adições	Baixas	30/09/2019
Total	1.637.377	8.441	(856)	1.644.962

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 5.700.000 (R\$ 5.700.000 em 31 de dezembro de 2019) representado por 2.716.815.061 (2.716.815.061 ações em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias todas subscritas e integralizadas.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a quantidade de ações líquidas das ações em tesouraria em 30 de setembro de 2020 é de 2.707.153.769 (2.712.719.487 ações em 31 de dezembro de 2019).

O capital social da Companhia pode ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, órgão competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.

b. Reserva de capital

Representa os saldos relacionados a remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

Notas Explicativas

O saldo da reserva de capital em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 64.907 (R\$ 65.658 em 31 de dezembro de 2019).

c. Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações (“Programa”) com vigência de 02 de março a 10 de março de 2020, mediante o qual a Companhia adquiriu o total de 4.006.776 (quatro milhões, seis mil e setecentas e setenta e seis) ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, conforme detalhado no Comunicado sobre Negociação de Ações de Própria Emissão, preparado na forma do Anexo 30-XXXVI da Instrução CVM nº 480 divulgado nesta data.

Em reunião realizada em 24 de junho de 2020, o Conselho aprovou a abertura de novo programa de recompra de ações em complemento ao programa de recompra aprovado em 19 de fevereiro de 2020 (“Programa”) por meio do qual foi autorizada a recompra de até 2.595.332 (dois milhões e quinhentas e noventa e cinco mil e trezentas e trinta e duas) ações ordinárias com prazo de vigência de 25 de junho de 2020 a 03 de julho de 2020.

Cabe à Administração da Companhia definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Ações	Valor	Custo médio R\$ por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(4.095.574)	(56.198)	13,72
Venda em fevereiro	350.334	4.808	13,72
Venda em março	154.422	2.118	13,72
Recompra em março	(4.006.776)	(27.560)	6,88
Venda em abril	2.798	28	10,11
Recompra em julho	(2.595.332)	(12.653)	4,87
Venda em julho	528.836	4.642	8,78
Saldo em 30 de setembro de 2020	(9.661.292)	(84.815)	8,78

d. Outros resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira do investimento no exterior, benefícios pós emprego e marcação a mercado de títulos mantidos para negociação, sendo estes reclassificados para o resultado quando da efetiva realização dos saldos. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Variação cambial sobre investimento no exterior	(338.452)	29.499
Benefício pós emprego	(25.429)	(25.429)
Efeito fiscal – Benefício pós emprego	8.646	8.646
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	(4.681)	-
Total	(359.916)	12.716

e. Reserva de lucros - Legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do período, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 1.138.355 (R\$ 1.128.753 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

f. Reserva de lucros - Orçamento de capital

Em reunião realizada em 27 de janeiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou as Demonstrações Financeiras referentes ao semestre e exercício social findos em 31 de dezembro de 2019, conforme recomendação do Comitê de Auditoria e a proposta de orçamento de capital para o ano de 2020. Em seguida, as referidas Demonstrações Financeiras e a proposta de orçamento de capital foram apreciadas pelo Conselho Fiscal, o qual opinou favoravelmente por sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas.

A proposta de orçamento de capital está justificada pela necessidade de fortalecimento do capital de giro proporcionado pela manutenção de recursos e garantirá maior robustez e estabilidade financeira, com vistas (a) ao investimento em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia, viabilizando assim o fomento das operações de aquisição de recebíveis de vendas ("ARV") e o crescimento do produto "Pagamento em 2 dias"; e (b) à recompra de ações de emissão da Companhia, nos termos e até o limite permitido pela Instrução CVM nº 567. A reserva de orçamento de capital complementada pelo lucro líquido do exercício do ano de 2019, já deduzidos os montantes destinados à constituição da reserva legal e à distribuição de proventos, totaliza o saldo de R\$ 2.579.326 em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

Em 24 de julho de 2020, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e a respectiva proposta de orçamento de capital para o ano de 2020 foram aprovadas pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária ("AGO").

g. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da assembleia geral ordinária. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Companhia o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos Acionistas.

Em reuniões realizadas em 20 de dezembro de 2019 e 27 de janeiro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de juros sobre o capital próprio referentes ao 4º trimestre de 2019, no montante de R\$ 81.276, que foram pagos em 13 de fevereiro de 2020. Os proventos deliberados, líquidos da retenção de impostos, representam 30% do lucro líquido, após a constituição de reserva legal, do 4º trimestre de 2019.

Em reunião realizada em 28 de abril de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a alteração da periodicidade no pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio do exercício de 2020, de trimestral para anual, e, por consequência, suspender, até 31 de dezembro de 2020, a aplicação do item 3.1 da Política de Proventos da Companhia, que rege sobre a distribuição trimestral de proventos. Esta mudança se justifica por estar em linha com a

Notas Explicativas

estratégia de preservação e gestão de caixa adotada pela Companhia desde o início do surto de COVID-19. Conforme prática adotada pela Companhia, em 30 de setembro de 2020, foram destacados proventos de R\$ 64.388 a título de juros sobre o capital próprio (líquido da retenção do imposto de renda corresponde a 30% do lucro líquido após a constituição da reserva legal), imputado ao dividendo mínimo obrigatório, cuja deliberação ocorrerá no encerramento desse exercício social.

h. Capital Regulatório

A Circular do Banco Central nº 3.681/13 determina que as Instituições de Pagamentos credenciadoras devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento processadas pela instituição nos últimos doze meses.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia mantém o capital mínimo regulatório exigido.

16 Lucro líquido por ação

a. Movimentação do número de ações ordinárias

Ações emitidas	Ordinárias
Ações em 31 de dezembro de 2019	2.712.719.487
Exercício de opção de compra de ações:	
Fevereiro	350.334
Março	154.422
Abril	2.798
Julho	528.836
Recompra de ações – Março	(4.006.776)
Recompra de ações – Julho	(2.595.332)
Total	<u>2.707.153.769</u>

b. Lucro por ação

A seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Lucro por ação básico

	Controladora			
	Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias	100.437	352.853	192.034	1.326.077
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.713.406	2.715.966	2.709.907	2.712.707
Lucro por ação (em R\$) - Básico	<u>0,03702</u>	<u>0,12992</u>	<u>0,07086</u>	<u>0,48884</u>

Notas Explicativas

Lucro por ação diluído

	Controladora			
	Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	100.437	352.853	192.034	1.326.077
Denominador diluído:				
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.713.406	2.715.966	2.709.907	2.712.707
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	9.505	3.985	9.505	3.985
Total (em milhares)	2.722.911	2.719.951	2.719.412	2.716.692
Lucro por ação (em R\$) - diluído	0,03689	0,12973	0,07062	0,48812

17 Receita operacional líquida

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Receita operacional bruta	1.313.999	1.395.524	3.752.933	4.463.187	3.155.514	3.081.216	8.943.185	9.224.571
Impostos sobre serviços	(132.328)	(141.442)	(382.558)	(453.032)	(273.151)	(280.239)	(779.866)	(848.300)
Total	1.181.671	1.254.082	3.370.375	4.010.155	2.882.363	2.800.977	8.163.319	8.376.271

A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard, do aluguel de equipamentos de captura e da prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de crédito de telefonia fixa e celular.

18 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidada por função.

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Despesas com pessoal	(125.199)	(119.668)	(382.712)	(368.586)	(282.926)	(246.284)	(800.313)	(742.196)
Depreciações e amortizações	(115.527)	(95.013)	(346.818)	(251.217)	(300.416)	(283.625)	(932.422)	(777.767)
Serviços profissionais	(133.303)	(130.968)	(365.051)	(371.729)	(97.354)	(69.616)	(251.526)	(194.293)
Gastos com aquisição (a)	(554.148)	(570.593)	(1.634.518)	(1.746.790)	(1.451.357)	(1.342.222)	(4.140.051)	(3.951.903)
Vendas e marketing (b)	(79.084)	(62.223)	(248.109)	(191.655)	(142.259)	(122.731)	(445.981)	(373.591)
Custo com créditos de celulares em controlada	-	-	-	-	(304.272)	(269.488)	(944.942)	(709.418)
Outras, líquidas de créditos de PIS e COFINS (c)	(2.497)	(14.897)	(58.740)	(37.590)	(122.324)	(29.806)	(288.442)	(81.985)
Total	(1.009.758)	(993.362)	(3.035.948)	(2.967.567)	(2.700.908)	(2.363.772)	(7.803.677)	(6.831.153)
Classificadas como:								
Custo dos serviços prestados	(700.531)	(641.374)	(2.069.375)	(1.897.836)	(2.073.792)	(1.842.103)	(6.033.862)	(5.253.881)
Despesas com pessoal	(69.793)	(76.315)	(220.555)	(240.859)	(206.326)	(182.107)	(581.404)	(550.934)
Despesas gerais e administrativas	(124.583)	(128.936)	(357.534)	(368.991)	(132.885)	(109.552)	(386.165)	(321.440)
Vendas e marketing	(28.195)	(62.222)	(96.346)	(191.654)	(91.370)	(122.731)	(294.218)	(373.591)
Outras despesas operacionais, líquidas	(86.656)	(84.515)	(292.138)	(268.227)	(196.535)	(107.279)	(508.028)	(331.307)
Total	(1.009.758)	(993.362)	(3.035.948)	(2.967.567)	(2.700.908)	(2.363.772)	(7.803.677)	(6.831.153)

Notas Explicativas

- (a) Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.
- (b) As despesas de vendas, marketing e afiliação de clientes incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing, ações comerciais para novos credenciamentos de clientes e serviços de captação, afiliação e credenciamento de cliente.
- (c) Na rubrica de “Outras, líquidas de créditos de PIS e COFINS”, consta provisão para perdas operacionais e créditos incobráveis, cujo detalhe está demonstrado na nota explicativa 19 – Outras despesas operacionais, líquidas.

19 Outras despesas operacionais, líquidas

Estão representadas por:

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Perdas com créditos incobráveis, <i>chargeback</i> e fraude (a)	(55.833)	(83.895)	(239.764)	(219.190)	(159.379)	(104.026)	(436.601)	(269.556)
Provisão para riscos, líquida (b)	(17.681)	(14.639)	(35.312)	(45.197)	(20.974)	(16.686)	(41.889)	(51.195)
Baixas/provisões e (reversões) para perdas do imobilizado (c)	(15.454)	11.712	(30.785)	(17.027)	(16.599)	11.712	(31.943)	(17.027)
Outras	2.312	2.307	13.723	13.187	417	1.721	2.405	6.471
Total	(86.656)	(84.515)	(292.138)	(268.227)	(196.535)	(107.279)	(508.028)	(331.307)

- (a) Correspondem às perdas com carteira de cobrança representada principalmente por contas a receber de aluguel de equipamentos de captura, às perdas com fraude decorrentes de valores de vendas contestados pelos usuários dos cartões e que já foram liquidados aos estabelecimentos comerciais, e a *chargeback* de clientes. No 3º trimestre de 2020, no Consolidado, houve o registro de perdas operacionais na controlada Cateno de R\$ 92.734 (no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no mesmo trimestre de 2019, essas perdas operacionais na controlada totalizaram R\$ 161.133 e R\$ 17.760, respectivamente).
- (b) Saldos que representam, substancialmente, a expectativa de perdas prováveis, bem como sua realização, com contingências tributárias, trabalhistas e cíveis (nota explicativa 14).
- (c) Montantes substancialmente decorrentes de perdas/baixas de equipamentos de captura.

20 Compromissos

A Companhia e suas controladas tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito. Para viabilizar tais atividades, a Companhia e suas controladas celebraram os seguintes contratos:

a. Contratos de aluguel

Em 30 de setembro de 2020, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

Até 1 ano	18.364
De 1 ano a 5 anos	58.276
Acima de 5 anos	1.254
Total	77.894

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

b. Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações), logística, central de atendimento e “back office”

Em 30 de setembro de 2020, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores de tecnologia, telecomunicações, logística, central de atendimento, “back office” e televendas são os seguintes:

Notas Explicativas

Até 1 ano	109.496
De 1 ano a 5 anos	109.368
Total	218.864

Os contratos de central de atendimento, de captura e processamento de transações assim como os contratos de telecomunicações e “back office” não preveem multa rescisória.

21 Benefícios a empregados

Benefícios pós- emprego

A Companhia e a controlada Servinet possuem um passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de pessoas com assistência médica, cujo montante provisionado em 30 de setembro de 2020 é de R\$36.004 (R\$ 34.210 em 31 de dezembro de 2019).

As principais premissas atuariais utilizadas na apuração do passivo atuarial estão demonstradas no quadro a seguir:

Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	3,27% a.a.
Índice estimado de inflação	4,00% a.a.
Tábua Biométrica de Rotatividade	40,80% .a.a.
Tábua biométrica de entrada em aposentadoria	60 anos
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	3,25% real a.a.
Percentual de Optantes pela Permanência no Plano	80%

Previdência Complementar

A Companhia e a controlada Servinet contribuem mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, em despesas de contribuições no montante de R\$ 6.969 (R\$ 6.663 período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

Outros benefícios

Além do benefício de previdência complementar, a Companhia e suas controladas oferecem aos seus funcionários outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional e plano de incentivo de longo prazo cujo montante dessas despesas, totalizou R\$57.643 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 (R\$63.208 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019).

A Companhia possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio. Além disso, na Companhia, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, *e-learning*s, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas. Os custos relacionados às ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Notas Explicativas

22 Participação de colaboradores e administradores no lucro

A Companhia e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019 foram registrados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Colaboradores	54.085	50.970	85.543	73.701
Diretores estatutários	7.654	10.710	9.517	12.041
Total	61.739	61.680	95.060	85.742

23 Remuneração de administradores e Conselho Fiscal

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. As despesas registradas no resultado dos períodos da Companhia são como seguem:

	Período de três meses					
	30/09/2020			30/09/2019		
	Fixa	Outros(*)	Total	Fixa	Outros(*)	Total
Diretores estatutários	2.116	2.737	4.853	2.022	4.335	6.357
Conselho de administração	715	-	715	678	-	678
Total	2.831	2.737	5.568	2.700	4.335	7.035

	Período de nove meses					
	30/09/2020			30/09/2019		
	Fixa	Outros(*)	Total	Fixa	Outros(*)	Total
Diretores estatutários	6.679	11.003	17.682	6.167	11.700	17.867
Conselho de administração	2.129	-	2.129	2.033	-	2.033
Total	8.808	11.003	19.811	8.190	11.700	19.901

(*) Saldo corresponde à remuneração variável e verbas rescisórias de executivos, e não contempla o Plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 24).

A remuneração global anual dos Administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração, inclusive comitês de assessoramento) e Conselho Fiscal para o exercício de 2020, aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de julho de 2020, é de R\$52.307 (R\$ 49.000 para o exercício de 2019), já contemplados os tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável.

Para o Conselho Fiscal, a remuneração anual proposta para o exercício corrente é de R\$677 (R\$601 para o exercício de 2019).

Notas Explicativas

24 Plano de ações restritas

Em 1º de junho de 2009, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia, com vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Em abril de 2011, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, a qual aprovou alterações no Plano, com a introdução da possibilidade dos elegíveis optarem por plano de opção de compra de ações, plano de ações restritas ou combinação de ambos os planos.

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2015, foi aprovada a outorga exclusiva em ações restritas para o ano de 2015, sem alteração no Plano vigente. Essa decisão foi mantida para as outorgas dos anos subsequentes.

Em 18 de abril de 2019, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de Concessão de Ações Restritas, com vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Os programas são apropriados no resultado do período em contrapartida à reserva de capital de acordo com os prazos e condições pré-estabelecidas em cada plano. Na ocorrência de prescrições/cancelamentos de ações, é realizado o estorno no período em que ocorrer no montante equivalente ao total apropriado durante andamento do plano.

Em 30 de setembro de 2020, a posição dos planos de ações restritas é a seguinte:

Programa	Status	Quantidade de ações					A Exercer	Período da Outorga	Valor por ação na Outorga em R\$	Valor Justo por ação em R\$
		Bonificação	Outorgadas	Canceladas	Exercidas					
Ações Restritas 2016	Encerrado	130.182	650.947	(203.441)	(577.688)	-	Julho de 2016	32,91	27,43	
Ações Restritas 2017	Ativo	-	828.878	(332.958)	(495.920)	-	Julho de 2017	23,26	23,26	
Ações Restritas 2018	Ativo	-	901.988	(285.533)	(476.694)	139.761	Julho de 2018	17,07	17,07	
Ações Restritas 2019	Ativo	-	2.419.297	(462.951)	(254.067)	1.702.279	Julho de 2019	6,73	6,73	
Ações Restritas 2020	Ativo	-	5.042.968	(325.601)	-	4.717.367	Julho de 2020	3,94	3,94	
Sócio Cielo 2017	Encerrado	-	145.766	(36.688)	(109.078)	-	Março de 2017	22,51	22,51	
Sócio Cielo 2018	Ativo	-	437.187	(150.048)	(229.968)	57.171	Março de 2018	25,32	25,32	
Sócio Cielo 2019	Ativo	-	995.372	(211.426)	(361.717)	422.229	Março de 2019	10,89	10,89	
Sócio Cielo 2020	Ativo	-	2.898.458	(432.500)	-	2.465.958	Março de 2020	7,12	7,12	
Total de Ações	***	130.182	14.320.861	(2.441.146)	(2.505.132)	9.504.765				

No período findo em 30 de setembro de 2020, foi reconhecida provisão no valor de R\$ 10.846 (R\$ 20.144 em 30 de setembro de 2019) líquido dos encargos, sendo a parcela de diretores estatutários corresponde ao valor de R\$ 3.374 (R\$ 7.472 em 30 de setembro de 2019), com um total de 1.036.390 (1.006.135 em 30 de setembro de 2019) de ações exercidas entre celetistas (CLT) e estatutários. A movimentação líquida registrada na rubrica “Reserva de capital” no patrimônio líquido, totalizou R\$ 751 (R\$ 3.109 em 30 de setembro 2019).

Notas Explicativas

25 Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Receitas financeiras:								
Rendimentos de aplicações financeiras	14.400	1.330	27.839	10.787	41.409	39.024	117.356	125.885
Outras receitas financeiras	336	13.550	949	20.424	1.210	15.418	6.709	26.193
PIS e COFINS (c)	(685)	(692)	(1.358)	(1.453)	(1.546)	(2.334)	(4.203)	(6.186)
Total	14.051	14.188	27.430	29.758	41.073	52.108	119.862	145.892
Despesas financeiras:								
Juros e encargos sobre empréstimos	(50.347)	(143.862)	(238.138)	(348.536)	(70.843)	(165.404)	(295.357)	(413.646)
Participação de terceiros em fundos de investimentos	-	-	-	-	(28.868)	(32.522)	(65.265)	(99.031)
Juros sobre provisões para riscos	(4.343)	(2.914)	(16.925)	(9.099)	(4.886)	(3.587)	(18.661)	(10.698)
Outras despesas financeiras	(9.718)	(15.562)	(28.668)	(25.628)	(4.781)	(17.610)	(33.744)	(30.570)
Total	(64.408)	(162.338)	(283.731)	(383.263)	(109.378)	(219.123)	(413.027)	(553.945)
Rendimento FIDCs:								
Aquisição de recebíveis (a)	80.860	271.079	402.442	831.680	94.417	300.444	428.277	917.519
Outros direitos creditórios (b)	(3.455)	2.415	(9.578)	2.371	3.755	3.407	11.087	3.436
PIS e COFINS (c)	(3.599)	(12.718)	(18.268)	(38.783)	(3.599)	(12.717)	(18.268)	(38.783)
Total	73.806	260.776	374.596	795.268	94.573	291.134	421.096	882.172
Variação cambial e marcação a mercado de instrumentos financeiros, líquidos	(15.428)	(1.085)	(21.061)	26.697	(15.379)	(1.071)	(21.238)	26.699
Total	8.021	111.541	97.234	468.460	10.889	123.048	106.693	500.818

- (a) Na Controladora, o saldo corresponde à remuneração do investimento no FIDC Plus. No Consolidado, o saldo corresponde à aquisição de recebíveis líquida do ajuste "pro rata temporis", composta pela receita oriunda do volume de recebíveis adquiridos de transações de crédito à vista e parcelado pelo FIDC Plus, apropriada conforme a fluência do prazo das operações.
- (b) Na Controladora, o saldo corresponde aos rendimentos do FIDC. No Consolidado, o saldo corresponde à remuneração da carteira de crédito adquirida pelo FIDC, cujo crédito foi concedido por instituições financeiras parceiras a clientes credenciados no sistema Cielo (produto "Receba Mais").
- (c) Despesas de PIS e COFINS sobre receitas financeiras auferidas pela Companhia, sob às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. As despesas incorridas no período foram agrupadas nos grupos de "Receitas Financeiras" e "Aquisição de Recebíveis", na proporção de sua incidência, para melhor apresentação das rubricas contábeis.

26 Gestão de riscos

A Cielo possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Circular BACEN nº 3.681/13.

a. Estrutura e Governança de Gerenciamento de Riscos

O Grupo adota o conceito de 3 (três) linhas de defesa para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos, sendo a 1ª linha representada pela atuação dos gestores das áreas de negócio e suporte, que asseguram a gestão de riscos dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais diretas; a 2ª linha representada pela Diretoria de Riscos, Compliance, Prevenção e Segurança, que atua de forma consultiva e independente no gerenciamento dos riscos, compliance, gestão da continuidade de negócios, gestão de crises e ambiente de controle, com reporte à Presidência e ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Riscos; e, por fim, a 3ª linha de defesa, representada pela Auditoria Interna, que fornece opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, sobre o processo de gerenciamento de riscos, a efetividade dos controles internos e a governança corporativa.

A Companhia mantém políticas, processos, procedimentos e controles atualizados e robustos para reduzir, controlar e monitorar a sua exposição a riscos, de modo a gerenciá-los e mantê-los dentro dos patamares aceitáveis para atingir seus objetivos de negócio e operacionais. Mais informações sobre metodologia, governança e estrutura de gestão de riscos do Grupo, bem como sobre os fatores de riscos e as ações e controles preventivos e mitigatórios, podem ser encontradas na

Notas Explicativas

Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos e no item 4.1 do Formulário de Referência, ambos documentos disponíveis no endereço eletrônico de internet da Companhia (<https://ri.cielo.com.br/>).

b. Gestão de risco de Crédito

A Companhia possui direitos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras, clientes e parceiros comerciais registrados nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, incluindo derivativos, rendas a receber e contas a receber com bancos emissores, conforme segue:

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.291.645	191.400	6.169.795	3.212.392
Instrumentos financeiros derivativos	5	31.844	1.067	31.844	1.067
Fundos de investimento em direitos creditórios	6	245.065	7.885.074	-	-
Rendas a receber	7	290.129	284.638	800.003	875.676
Contas a receber com bancos emissores	7	61.152.061	71.864.873	61.378.420	72.192.036
Outros Instrumentos financeiros	5	191.422	-	191.422	-
Total		65.202.166	80.227.052	68.571.484	76.281.171

Risco de Crédito da Contraparte – Risco Emissor

Nas operações de aquisição, os bancos emissores de cartão têm a obrigação de efetuar o pagamento à Cielo dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos, para que, então, possa ser efetuado o pagamento de tais valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Os bancos emissores de cartão podem vir a descumprir com suas obrigações financeiras devido à falta de liquidez, falha operacional, inadimplência do portador de cartão, regimes concursais ou outras razões, situações em que a Cielo pode ser responsabilizada a efetuar o pagamento dos recebíveis aos estabelecimentos comerciais sem o recebimento dos valores pelo banco emissor. Tais riscos podem ou não existir para a Cielo, dependendo do modelo de risco/garantia adotado pela bandeira do cartão na sua operação junto aos emissores de cartões e aos credenciadores, sendo que a Companhia avalia e gerencia tais riscos, exigindo ou dispensando a apresentação de garantias dos emissores de cartão conforme o modelo.

Para os arranjos de pagamento não garantidos pelo instituidor do arranjo, a Companhia solicita garantias aos emissores de cartão, quando permitido pelo instituidor do arranjo, nos volumes que considera necessário para a cobertura de seu risco de crédito. Para avaliação do risco e consequente definição das garantias necessárias, são atribuídos aos emissores um rating interno.

Em 30 de setembro de 2020, a exposição da Cielo junto aos emissores está demonstrada a seguir:

Rating interno dos emissores	Exigência de Garantia	Exposição total em 30.09.2020	% de Garantia em relação à exposição	Exposição total em 31.12.2019	% de Garantia em relação à exposição
Grupo 1	Não	98,1%	-	98,5%	-
Grupo 2	Sim	1,9%	45%*	1,5%	43%*
Total do Contas a receber com bancos emissores		100%		100%	

*Parte da exposição é oriunda da limitação do instituidor do arranjo em solicitar garantia ao emissor.

Os 5 maiores bancos emissores, classificados no Grupo 1, concentraram 78,4% do contas a receber com bancos emissores e são representados pelas principais instituições financeiras do país, que possuem rígidos processos de monitoramento e controles e sólida posição econômico-

Notas Explicativas

financeira.

Para os emissores classificados no Grupo 1, que dispensam a exigência de garantia, há um monitoramento intensivo sobre as transações e os riscos expostos, podendo haver revisão do rating interno e solicitação de garantias se identificados indícios de aumento do risco de crédito. As garantias podem ser exigidas ou dispensadas a depender do volume transacionado, do porte e do regulamento das bandeiras e dos emissores.

A Medida Provisória nº. 930 (“MP 930”), de 30 de março de 2020, a qual foi convertida na Lei 14.031/20, em 28 de julho de 2020, determinou a segregação dos recursos recebidos pelos participantes nos arranjos de pagamento para responder somente pelo cumprimento da obrigação de liquidação das transações ao qual se vinculem, entre outros aspectos. Tais alterações promovidas na Lei 12.865/2013 ainda não se encontram refletidas nos regulamentos dos arranjos de pagamento quando da divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias.

Risco de Crédito com Participantes do Arranjo de Pagamentos

Em sua operação, a Companhia também pode vir a ter risco com Subcredenciadores, com os quais mantém relação comercial, a depender da regra estabelecida por cada bandeira com relação às responsabilidades aplicáveis aos Subcredenciadores, bem como de eventuais decisões judiciais, caso os Subcredenciadores não realizem a liquidação financeira dos valores transacionados pelos estabelecimentos comerciais a eles vinculados. A Companhia adota procedimento de análise de risco e controle que impedem que os Subcredenciadores possam antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Companhia. Ademais, a Companhia pode, conforme análise de risco realizada, solicitar garantias como fiança bancária e títulos públicos.

Ressalta-se que a Lei 14.031/20 também é aplicável aos Subcredenciadores, na qualidade de participante dos arranjos de pagamentos, os quais devem cumprir, além de outras obrigações, a segregação do fluxo de pagamento.

Diante da crise instalada pela pandemia COVID-19, a partir do 2º trimestre de 2020, a Companhia passou a adotar critérios mais rigorosos no monitoramento dos subcredenciadores, bem como em relação à estratégia de relacionamento, incluindo: restrições para antecipação dos recebíveis, comprovação de liquidação para os estabelecimentos clientes dos subcredenciadores e novos modelos de garantias.

A representatividade dos subcredenciadores sobre o volume transacionado no sistema Cielo nos trimestres findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019 corresponde a 5,5% e 7,8%, respectivamente.

Risco de Crédito no recebimento de produtos e serviços prestados para Clientes

Os produtos e serviços prestados pela Cielo são cobrados de seus clientes mediante compensação nas suas agendas financeiras. Caso estes clientes parem de transacionar no sistema Cielo, eventualmente não haverá saldo em suas agendas para a cobrança dos produtos e serviços contratados. Caso a Cielo não consiga efetuar a cobrança de outra forma (como, por exemplo, por meio de boleto bancário), poderá haver perdas para a Cielo relacionadas ao não pagamento de produtos e serviços.

Em 30 de setembro de 2020, a provisão para créditos incobráveis totalizava R\$ 268.195 no individual e R\$ 293.997 no Consolidado (em 31 de dezembro de 2019, o saldo era de R\$ 245.948

Notas Explicativas

no individual e R\$ 267.705 no Consolidado).

Risco de Crédito de Clientes – Chargeback e Vendas diferidas

Os clientes da Companhia devem cumprir com suas obrigações de entrega dos produtos e prestação dos serviços contratados com seus clientes finais, que realizam o pagamento das transações por meio de cartão de crédito ou débito. Em situações de inadimplemento por parte dos clientes da Companhia na entrega do bem ou prestação dos serviços, ou de desistência por parte do cliente final, é possível demandar o estorno do pagamento efetuado aos estabelecimentos comerciais por meio de (i) cancelamento, que é demandado pelo estabelecimento comercial ou (ii) chargeback, que é um pedido do portador diretamente ao emissor do cartão. Nos dois casos, os valores devolvidos ao portador final são debitados, pela credenciadora, diretamente na agenda financeira do estabelecimento comercial. No caso do cancelamento, se a agenda financeira do estabelecimento comercial não tiver saldo suficiente, este, via de regra, não é acatado.

Caso a Companhia não consiga compensar os valores dos *chargebacks* diretamente na agenda financeira do estabelecimento comercial (independentemente do motivo), ou por meio de outra forma de cobrança (exemplo boleto), o ônus financeiro sobre tais *chargebacks* recai sobre a Cielo. Historicamente, os cancelamentos e *chargebacks* ocorrem com mais frequência nas transações em estabelecimentos comerciais que realizam vendas com cartão não presente, que inclui as diferidas, quando o serviço ou produto não é consumido instantaneamente, mas sim em um momento posterior ao da compra. Esse tipo de transação acontece tipicamente em setores como turismo e entretenimento, que incluem as companhias aéreas, ou ainda em vendas por meios de canais eletrônicos (*e-commerces*), sendo que a exposição a essas potenciais perdas derivadas de estornos aumenta na medida em que a Companhia fornece soluções de aquisição de recebíveis ou pagamento em ciclo reduzido a esses estabelecimentos.

A crise iniciada pela pandemia da COVID-19 afetou severamente os setores de turismo e entretenimento, que incluem as companhias aéreas, potencializando os riscos mencionados, em especial em decorrência da edição de medidas provisórias, já convertidas em lei, que prologam os prazos aplicáveis a cancelamentos e *chargebacks* que, atrelado à redução da agenda financeira destes clientes, pode impossibilitar ou reduzir o débito dos *chargebacks* nas agendas.

Como ações adicionais para fazer frente ao aumento da exposição, a Cielo intensificou o monitoramento, os procedimentos de análise de risco e restringiu as operações de antecipações de recebíveis, bem como o pagamento dos recebíveis em ciclo diminuído, na tentativa de manter a agenda pelo maior tempo possível.

A representatividade dos clientes em relação ao volume total de transações no período e o índice de *chargeback* estão demonstrados a seguir:

	3º Trimestre/2020		3º Trimestre/2019	
	Volume transacionado	Índice de <i>chargeback</i> ³	Volume transacionado	Índice de <i>chargeback</i> ³
Turismo e Entretenimento, incluindo companhias aéreas (tipicamente com vendas diferidas)	3,2%	0,52%	9,9%	0,60%
E-commerce (sem Turismo e Entretenimento)	15,2%	0,78%	10,5%	0,98%
Bens duráveis e semiduráveis ¹	22,0%	0,04%	22,0%	0,05%
Bens não duráveis ²	34,1%	0,01%	32,1%	0,01%
Serviços e outros	25,4%	0,04%	25,5%	0,11%
Total	100,0%	0,15%	100,0%	0,20%

¹Bens duráveis e semiduráveis: segmento de clientes da Cielo de vestuário, móveis, eletrodomésticos, lojas de departamento, materiais para construção, entre outros.

Notas Explicativas

²Bens não duráveis: Supermercados e hipermercados, drogarias e farmácias, postos de combustível, entre outros.

³Valor de *chargeback* em relação ao volume transacionado.

c. Gestão de Riscos Operacionais

A Companhia possui riscos decorrentes de sua operação, tais como: riscos oriundos de falhas, interrupções ou violações em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação, divulgações não autorizadas de dados, falhas na autorização das transações de pagamento, falhas de processamento, fraudes internas e externas, decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos, entre outros. Para referidos riscos, a Companhia adota metodologia de identificação, avaliação, monitoramento, gestão e reporte dos riscos e planos de ação para mitigação dos riscos, conforme diretrizes definidas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, bem como na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, à Circular Bacen nº 3.681/2013 e Resolução nº 2.554/1998.

Em relação ao risco de fraude das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, a Companhia utiliza um sistema antifraude que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

d. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas possam continuar com suas atividades regulares, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos pelo caixa e equivalente de caixa e instrumentos financeiros, incluindo derivativos).

O patrimônio líquido mínimo aplicável à Cielo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, correspondente a 2% da média mensal das transações de pagamento (vide nota explicativa 15). Não há requerimento de patrimônio líquido mínimo para as demais empresas do Grupo.

e. Gestão de Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O índice de endividamento no fim do período de relatório é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Dívida (i)	(6.992.189)	(7.716.813)	(9.194.580)	(9.245.635)
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	31.844	1.067	31.844	1.067
Outros instrumentos financeiros (ii)	191.422	-	191.422	-
Caixa e equivalentes de caixa	3.291.645	191.400	6.169.795	3.212.392
Dívida líquida	(3.477.278)	(7.524.346)	(2.801.519)	(6.032.176)
Patrimônio líquido (iii)	9.155.901	9.430.255	12.801.785	13.102.580
Índice de endividamento líquido	37,98%	79,79%	21,88%	46,04%

(i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme nota explicativa 12.

Notas Explicativas

- (ii) Instrumentos financeiros derivativos compreende a posição do contrato de “swap” e de “NDF”, mencionados na nota explicativa 5.
 (iii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

f. Gestão de Risco de Mercado

Risco de taxa de câmbio

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pelo Grupo.

A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira, reflexo das transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil (a transação efetuada entre portador e estabelecimento comercial é feita em moeda nacional, porém a liquidação efetuada pelo emissor à Companhia é feita em moeda estrangeira) e por empréstimos e financiamentos. A Companhia dispõe de operações de proteção contra oscilação de moedas que consistem na pré-venda dos dólares norte-americanos, em estruturas de *hedge* e na contratação de derivativos, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Em 31 de agosto de 2012, a Companhia adquiriu o controle da MerchantE, por meio da “holding” Cielo USA, ambas localizadas nos Estados Unidos da América, cujas operações são realizadas em sua moeda funcional, o dólar norte-americano. O resultado de variação cambial sobre esses investimentos em 30 de setembro de 2020 totalizou uma perda de R\$ 367.951 (uma perda de R\$ 58.155 em 30 de setembro de 2019). Essa variação cambial foi reconhecida no resultado abrangente, diretamente no patrimônio líquido.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta principalmente ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no fim de cada período de relatório para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros quando a denominação do empréstimo é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor.

Em 30 de setembro de 2020 e de 2019, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria aumento ou redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

	Controladora e Consolidado					
	30/09/2020			30/09/2019		
	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Resultado (i)	5.265	13.163	26.328	3.633	9.083	18.165
Patrimônio Líquido (ii)	145.795	364.474	728.947	84.372	210.951	421.901

- (i) Cenário de exposição no resultado sobre estrutura de hedge *Bonds*.
 (ii) Cenário sobre investimento em controlada no exterior.

Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

Os resultados do Grupo estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, o Grupo aplica seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. O Grupo opera com instrumentos financeiros dentro dos limites e alçadas

Notas Explicativas

estabelecidos pela Administração.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros decorrentes dos empréstimos do Grupo são principalmente afetados pelas variações na taxa DI (fonte: Cetip). Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução no resultado, conforme segue:

	Controladora					
	30/09/2020			30/09/2019		
	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Resultado	17.599	43.999	87.997	(23.443)	(58.608)	(117.217)

	Consolidado					
	30/09/2020			30/09/2019		
	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Resultado	13.629	34.072	68.145	(11.770)	(29.425)	(58.850)

27 Transações e saldos com partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Companhia e suas controladas operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos bancos emissores que fazem parte de conglomerados financeiros dos quais os acionistas controladores (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.) detêm participação acionária, bem como serviços financeiros contratados com os bancos acionistas e despesas e receitas com serviços prestados pela Servinet, Orizon, Multidisplay, M4Produtos, Catenio, Braspag, Aliança e Stelo.

A Companhia e suas controladas, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realizam cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Ainda, a natureza das atividades da Companhia faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns desses emissores seus acionistas diretos ou indiretos. A Companhia e suas controladas acreditam que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado (“*arm's-length basis*”).

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 30 de setembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2019, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Companhia e suas controladas participam, bem como as movimentações relativas aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019:

Notas Explicativas

	Controladora						
	30/09/2020					31/12/2019	
	Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Controladas em conjunto (iv)	Fundos de investimentos (v)	Total	
Ativos (Passivos):							
Caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros (a)	191.580	5.633	-	-	-	197.213	17.562
Contas a receber de emissores (b)	17.658.791	-	-	-	-	17.658.791	23.175.115
Obrigações por empréstimos (c)	(3.343.426)	(100.603)	-	-	-	(3.444.029)	(3.502.625)
Contas a pagar referente serviço de intermediação, captação e manutenção de clientes (m)	(20.279)	-	-	-	-	(20.279)	-
Contas a receber com partes relacionadas (d)	-	8.372	3.217	-	50	11.639	196.893
Contas a pagar com partes relacionadas (e)	-	(85.050)	(242.361)	-	(3.545.046)	(3.872.457)	(9.906.443)

	Controladora						
	30/09/2020					30/09/2019	
	Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Controladas em conjunto (iv)	Fundos de investimentos (v)	Total	
Receitas:							
Receitas de aplicações financeiras (a)	5.647	-	-	-	-	5.647	1.047
Receitas de prestação de outros serviços (f)	6.214	2.219	2.947	-	600	11.980	41.414
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (g)	56.709	-	-	-	-	56.709	63.388
Despesas:							
Despesas financeiras (c)	(110.199)	(2.353)	-	-	-	(112.552)	(201.066)
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação (l)	(462)	-	-	-	-	(462)	(3.763)
Prestação de serviços de processamento da dados (h)	-	(16.196)	-	-	-	(16.196)	(13.400)
Outras despesas operacionais (i)	(27.312)	(868)	(1.957)	-	-	(30.137)	(37.855)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet e Aliança (j)	-	(256.817)	-	-	-	(256.817)	(239.472)
Serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes (m)	(91.046)	-	-	-	-	(91.046)	-
Saldo residual de incentivos a bancos domicílio 2019 (n)	(27.384)	-	-	-	-	(27.384)	-

	Consolidado						
	30/09/2020					31/12/2019	
	Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Controladas em conjunto (iv)	Fundos de investimentos (v)	Total	
Ativos (Passivos):							
Caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros (a)	311.724	-	-	-	-	311.724	121.528
Contas a receber de emissores (b)	17.658.791	-	-	-	-	17.658.791	23.175.115
Obrigações por empréstimos (c)	(3.343.426)	-	-	-	-	(3.343.426)	(3.402.483)
Contas a pagar referente serviço de intermediação, captação e manutenção de clientes (m)	(20.279)	-	-	-	-	(20.279)	-
Receitas:							
Receitas de aplicações financeiras (a)	26.217	-	-	-	-	26.217	65.125
Receitas de prestação de outros serviços (f)	6.214	-	-	-	-	6.214	37.869
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (g)	56.709	-	-	-	-	56.709	63.388
Despesas:							
Despesas financeiras (c)	(110.199)	-	-	-	-	(110.199)	(199.460)
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação (l)	(462)	-	-	-	-	(462)	(3.763)
Outras despesas operacionais (i)	(27.312)	-	-	-	-	(27.312)	(32.423)
Prestação de serviços de gestão de pagamentos (k)	(19.925)	-	-	-	-	(19.925)	(20.713)
Serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes (m)	(91.046)	-	-	-	-	(91.046)	-
Saldo residual de incentivos a bancos domicílio 2019 (n)	(27.384)	-	-	-	-	(27.384)	-

As partes relacionadas são compostas por: (i) Banco Bradesco e Banco do Brasil; (ii) Servinet, Multidisplay, Braspag, Caten e Aliança; (iii)

Notas Explicativas

M4Produtos e Stelo; (iv) Orizon; (v) FIC, FIDC e FIDC Plus.

- (a) Saldos correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras, cujo prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.
- (b) Os valores a receber de bancos emissores se referem aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores à Companhia decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente pagos pela Companhia aos estabelecimentos credenciados
- (c) Correspondem aos saldos referentes à emissão de Debêntures Privadas mantidos pela BB Elo Cartões, empresa do conglomerado Banco do Brasil e aos saldos referentes à emissão de Debêntures Públicas mantidos pela Cateno (vide nota explicativa 12).
- (d) Corresponde, principalmente, ao saldo de dividendos a receber da empresa Multidisplay no valor de R\$ 6.375 e ao contas a receber da Stelo no valor de R\$ 2.420.
- (e) Corresponde, principalmente, aos valores de transações de cartões de débito e crédito e de recargas de celulares capturadas pela Companhia e que serão repassadas à controlada direta (Multidisplay), controlada indireta (Stelo) e FIDC Plus (carteira de antecipação de recebíveis).
- (f) Correspondem a: (i) serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Companhia aos bancos acionistas; (ii) comissão sobre processamento de transações para a M4Produtos e Multidisplay; (iii) prestação de serviços financeiros, administrativos, compras, jurídico e serviços de RH, bem como rateio de gastos compartilhados para a Braspag, Cateno e Stelo; e (iv) serviços de cobrança e liquidação para o FIDC e FIDC Plus. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores e no mercado em geral.
- (g) Correspondente à locação de equipamento de captura de transações junto aos bancos controladores, que sublocam os equipamentos para seus clientes.
- (h) Refere-se a serviços de processamento de dados, desenvolvimento e licenciamento de software prestados pela Braspag e Stelo.
- (i) Corresponde a: (i) serviços contratados com bancos acionistas (seguro de vida coletivo empresarial, seguros hospitalar e odontológico e contrato de previdência privada); (ii) serviços de desenvolvimento de solução de captura móvel para a empresa M4Produtos e (iii) serviços de pré-processamento de transações para a Braspag e Stelo. A Companhia entende que as condições financeiras praticadas pelos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.
- (j) Prestação de serviços pelas controladas Servinet e Aliança de prospecção de credenciamento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet e Aliança quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.
- (k) Prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas.
- (l) Comissão de Afiliação, corresponde a despesa junto aos bancos parceiros a título de incentivo aos credenciamentos de novos clientes realizados nos pontos de venda dessas instituições no período.
- (m) Correspondem aos serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes contratados a partir de 1º de janeiro de 2020 junto aos bancos controladores Banco do Brasil e Bradesco. Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2020, a apuração da remuneração por esses serviços foi de R\$ 109.046 e R\$ 38.802, respectivamente, sendo que do valor apurado, R\$ 18.000 do 1º semestre não foram pagos e foram destinados a ações promocionais definidas em mútuo acordo e de interesse entre as partes.
- (n) No 2º trimestre de 2020, foi reconhecido um complemento residual de incentivos aos bancos de R\$ 27.384, após um processo de revisão por empresa especializada da apuração dos contratos encerrados de 2019.

Principais transações com partes relacionadas

Saldos de bancos emissores

Os valores a receber de bancos emissores referem-se aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores à Companhia decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente pagos pela Companhia aos estabelecimentos credenciados.

Incentivos a bancos domicílio

Até 2019, a Companhia tinha contratos com o Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A. que visavam incrementar o volume de transações realizadas com cartões de crédito e débito capturadas e processadas pela Companhia e cuja liquidação era feita em contas correntes mantidas pelos estabelecimentos credenciados à Companhia junto aos respectivos bancos. A partir da apuração mensal do volume de tais transações, a Companhia destinava um valor ao seu parceiro, como forma de incentivo.

Notas Explicativas

No 2º trimestre de 2020, concluiu-se o processo de revisão por empresa especializada dos incentivos apurados de 2019, em decorrência de acordos comerciais e contratos com clientes pulverizados acordados entre 1º de janeiro de 2018 e o encerramento dos contratos em 31 de dezembro de 2019 e da retenção de verba para ações de vendas que não foram efetivamente usadas, ambos que impactaram a apuração dos montantes devidos, resultando em um saldo residual de incentivos de R\$ 27.384 referentes a anos anteriores, registrados em 2020.

Serviços de intermediação, captação, indicação e manutenção de Estabelecimentos

A partir de 1º de janeiro de 2020, a Companhia celebrou memorando de entendimento vinculantes, separadamente, junto ao Banco Bradesco S.A. e ao Banco do Brasil S.A. para a prestação de serviços de intermediação, captação, indicação e manutenção de estabelecimentos comerciais, conforme Comunicação sobre Transações com Parte Relacionada divulgada ao mercado em 27 de janeiro de 2020, nos termos do Anexo 30-XXXIII da Instrução CVM 480, disponível no site da Cielo. O objetivo de referido serviço é de incrementar o volume de vendas composto por transações realizadas com cartões de crédito e débito capturadas e processadas pela Cielo. Em contrapartida à prestação dos serviços, os bancos fazem jus a uma remuneração de 10 pontos base sobre o volume elegível. O volume elegível inclui o montante capturado somente em transações domésticas, não inclui transações nas quais a Cielo presta serviços de VAN e leva em consideração critério de rentabilidade mínima de cada estabelecimento.

Cessão da agenda de recebíveis com bancos emissores

A Companhia detém contratos de cessão de valores vincendos, referentes aos pagamentos que o banco emissor acionista deve fazer à Companhia em razão das transações efetuadas pelos clientes do banco portadores dos cartões de crédito. Essas operações de cessão são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta corrente são líquidos das taxas de cessão, “*pro rata temporis*”, calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Companhia. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito.

Aquisição de Recebíveis (ARV) - Controladas

As Controladas Stelo, Multidisplay e M4Produtos realizam a antecipação de valores vincendos, referentes aos pagamentos que a Companhia deve fazer a estas Controladas em razão das transações de cartões de crédito capturadas e processadas pela Companhia. Essas operações são realizadas com o FIDC Plus com o objetivo de geração de capital de giro de curto prazo.

Contrato para sistema antifraude

A Companhia tem contrato com o Banco Bradesco S.A. e com o Banco do Brasil S.A. para disponibilização de acesso ao sistema antifraude para o monitoramento pelos bancos de transações realizadas com cartões por eles emitidos

Serviços de utilização da rede credenciada Cielo (“Value Added Network - VAN”)

A Companhia detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões ALELO, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de “*back office*” operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações.

Notas Explicativas

Participação de Credenciadora nos Arranjos de Pagamento Elo

A Companhia é participante dos Arranjos de Pagamento Elo, cujo instituidor é a Elo Serviços S.A. A Companhia participa dos Arranjos Elo na qualidade de Credenciadora, o que inclui a prestação de serviços de credenciamento e manutenção de estabelecimentos comerciais, a participação do processamento e liquidação de transações realizadas com os instrumentos de pagamento dos Arranjos Elo e a licença de uso das marcas Elo, em conformidade com as especificações técnicas constantes dos seus manuais. A Companhia remunera a Elo pela sua participação como credenciadora nos Arranjos Elo, sendo que as condições e preços da referida participação são semelhantes àqueles praticados com os demais credenciadores.

Em decorrência da participação da Cielo nos Arranjos de Pagamento Elo, a Cielo presta serviços de *big data* à Elo Serviços S.A., bem como mantém acordos para realização de campanhas de *marketing*, similar às relações comerciais mantidas com outros instituidores de arranjos de pagamentos.

Trava de domicílio bancário

É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio. Diante de dúvidas da interpretação decorrentes da edição da Resolução 4707/2018 e Resolução 4734/2019 a Companhia suspendeu temporariamente a cobrança dos serviços, até que o mercado e o regulador cheguem a um consenso sobre este tema.

Escrituração de ações da Companhia

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Companhia firmado com o Banco Bradesco S.A., no qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de certificados de ações de emissão da Companhia.

Serviços operacionais - Programa de emissão de ações

Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de opções de ações ("*stock options*") e respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Serviços de gestão de pagamentos

O Banco do Brasil celebrou contrato de prestação de serviços com a Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas. O contrato possui cláusula de remuneração de 0,01% sobre o volume financeiro total de transações realizadas sob gestão da Contratante.

Serviços de escrituração de títulos e valores mobiliários

O contrato firmado com o Banco Bradesco S.A. consiste na prestação de serviços de escrituração de debêntures e banco mandatário.

Serviços de gestão de títulos e valores mobiliários

O contrato firmado com o Banco Bradesco BBI S.A. consiste na prestação de serviços de coordenação e distribuição de notas promissórias e debêntures, sendo a última, nos termos da

Notas Explicativas

Instrução CVM n° 400.

Serviços de gerenciamento operacional de títulos públicos e títulos privados

O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. tem por objeto regular a prestação dos serviços de movimentação, custódia e liquidação financeira das operações realizadas com títulos públicos registrados na SELIC e com títulos privados registrados na CETIP.

Serviços de representação junto à CIP

O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. consiste na representação do banco junto à CIP - Câmara Interbancária de Pagamentos, visando à prestação de serviços de liquidação das transações efetuadas com os cartões de crédito e/ou débito e prestação de serviços de emissões de STR's - Sistema de Transferência de Reservas.

Gestão de Conta de Pagamento Pré-Pagas

Contrato firmado com Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. para emissão e gestão de meios de pagamento pré-pagos para estabelecimentos credenciados à Companhia.

Concessão de Pontos Livelô

Contrato firmado com a Livelô S.A. para concessão de pontos Livelô para participantes de campanhas de incentivo desenvolvidas pela Companhia.

Contratos de Credenciamento

Contratos celebrados entre a Companhia e suas Controladas Stelo, Braspag e M4 para que a Companhia preste serviços de credenciamento, processamento e liquidação de transações.

Contratos bandeira Elo

Contratos celebrados entre a Companhia e a bandeira Elo (Elo Serviços S.A.) para que a Companhia preste serviços de processamento de transações e desenvolvimento de projetos. A Companhia também licencia o uso de plataforma à Elo.

Licenciamento de plataforma

Contrato firmado entre a Carson Serviços Financeiros (controlada do grupo Bradesco) para o licenciamento da plataforma que permite o cadastramento do cartão de crédito para uso no aplicativo, funções de recebimento através da adquirência, e soluções de promoção *marketplace*, assim como, a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, e o gerenciamento da plataforma.

Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, a Companhia mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de “*cash management*”;
- Seguros contratados;
- Serviços de plano de saúde e previdência complementar;
- Cartão de crédito corporativo;
- Serviço de pagamento a fornecedores;

Notas Explicativas

- Serviços de viagens.

28 Itens que não afetam o caixa

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia foram incluídas no caixa líquido gerado nas atividades de financiamento e de investimento apenas as transações que efetivamente movimentaram o caixa da Companhia. No quadro abaixo estão demonstradas todas as demais movimentações dos saldos de investimentos e financiamentos que não envolveram o uso de caixa e/ou equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	(367.951)	(58.155)	-	-
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	345.131	83.961	997.088	102.117
Benefício pós emprego	-	(5.556)	-	(5.556)
Integralização de adiantamentos para futuro aumento de capital – Aliança	246.905	-	-	-
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	(4.681)	-	(4.681)	-
Dividendos mínimos e juros sobre o capital próprio propostos	64.388	120.100	64.388	120.100
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber de controlada direta	6.375	8.685	-	-

29 Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil e executivos	270.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	249.184
Armazenagem de equipamentos de captura de transações	230.000
Transporte de equipamentos de captura de transações	2.500.000
Frota	1.635

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas e ao Conselho de Administração da

Cielo S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cielo S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas .

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Sociedade. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referida não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Osasco, 27 de outubro de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F-SP

João Paulo Dal Poz Alouche

CRC 1SP245785/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A., no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia referentes ao 3º trimestre de 2020, findo em 30 de setembro de 2020, e à vista do Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR dos Auditores Independentes, sem ressalvas, são de opinião que os citados documentos, examinados à luz das práticas contábeis, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia e as atividades desenvolvidas pela Companhia, estando em condição de serem apreciados e deliberados.

Barueri, 23 de outubro de 2020.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas referentes 3º trimestre de 2020, findo em 30 de setembro de 2020.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes 3º trimestre de 2020, findo em 30 de setembro de 2020, sem ressalvas.